

CLÁUDIA REGINA LEONARDO ABREU

“THE IMPOSSIBILITY LIES ONLY IN THE WILL”:

**A CONQUISTA FEMININA DE UM ESPAÇO NA OBRA
DE ELIZA HAYWOOD**

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

2004

CLÁUDIA REGINA LEONARDO ABREU

“THE IMPOSSIBILITY LIES ONLY IN THE WILL”:

**A CONQUISTA FEMININA DE UM ESPAÇO NA OBRA DE ELIZA
HAYWOOD**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO em Estudos Anglo-Americanos na especialidade de Cultura Inglesa

ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA: Professora Doutora Maria de Fátima Vieira

Universidade do Porto

Faculdade de Letras

2004

À Professora Doutora Maria de Fátima Vieira,

pelo seu Saber, Simpatia e Disponibilidade

Ao meu marido, Pedro, aos meus pais e à minha irmã,

pelo seu Incentivo, Paciência e Compreensão

“The Impossibility lies only in the Will; much may be done by
steady Resolution, - without it, nothing.”

HAYWOOD (FS 1999: 138)

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1. Espaço: que Espaços?.....	21
2. Esfera Pública e Esfera Privada: Espaços Dicotómicos?	35
3. O Espaço Educativo e a Literatura na Conquista do Poder	65
4. O Espaço do Eu: A Procura de uma Identidade Feminina	86
CONCLUSÃO	111
BIBLIOGRAFIA CITADA	123
Obras de Eliza Haywood.....	123
Bibliografia Geral	123
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	130

INTRODUÇÃO

Até recentemente os teóricos viam o espaço como algo físico e irrelevante, apenas importante como lugar para a análise de um dado fenómeno social. Não passava, por isso, de um factor de medida, cuja utilização era apenas do domínio geográfico.

A evolução das ciências físicas nas últimas décadas tem vindo a suscitar radicais transformações na ideia de espaço, de algum modo restituindo uma espécie de legitimidade científica às percepções tradicionais. Mas também o desenvolvimento da história, da antropologia em geral e da antropologia do imaginário em particular, têm contribuído para uma reformulação inovadora do conceito de espaço. Esta reconstrução tem vindo a promover, no que toca à matéria que me ocupa, uma concepção de espaço muito mais qualitativa do que qualificável, segundo a qual o homem, o seu mundo, os seres e os objectos que o preenchem são, de facto, os agentes que “fabricam” o espaço e o polarizam. Esta concepção, obviamente, mostra-se perfeitamente contrária àquela que era aceite sem discussão: o espaço como um vazio isomorfo, estático, inerte e neutro. Assim, poderíamos afirmar que não há objectos no espaço, há, sim, espaços nos objectos ou nos indivíduos. O indivíduo não se encontra localizado, mas localiza, cria localizações, ou seja, cria espaços.

Roger Friedland e Deirdre Boden, na introdução ao livro *Nowhere: Space, Time and Modernity*, referem que a rápida transformação social da modernidade se deve sobretudo à consciencialização, por parte dos pensadores, do equilíbrio dinâmico e delicado entre o espaço e o tempo. De

facto, nestas últimas décadas, como dizem os autores, as ciências sociais e humanas têm valorizado estes dois elementos: "Space and time have thus become a medium through which to rethink the organization and meaning of modernity." (GIDDENS 1994:1)

Não é tanto a modernidade que me interessa para este meu trabalho, mas sim a noção de tempo/espaço como ferramenta para o entendimento da estrutura social. Qual a razão deste interesse contemporâneo pelo espaço? Como refere Roger Friedland e Deirdre Boden, o tempo e o espaço são tão centrais à existência humana que a sua importância é óbvia. Qualquer momento acontece num determinado espaço físico e numa qualquer altura no tempo, ou seja, tudo existe numa relação espacio-temporal.

Mas afinal o que é o espaço? Será que estamos a falar de espaço ou de espaços? Quando iniciei a minha investigação em torno do conceito de espaço, as respostas a estas perguntas não eram óbvias. Não obstante, de forma gradual, a análise foi-se tornando cada vez mais clara.

Como refere Kathleen Kirby, a significação do termo espaço é de tal ordem abrangente que é ideal para ligar entre si as várias dimensões do sujeito. Falar de espaço permite abranger o espaço físico do corpo, assim como o espaço geográfico e social ocupado por esse corpo, e também o espaço psíquico que em tudo afecta o sujeito:

It is an appealing medium for inscribing subjectivity, in all its complexity: for linking together its many dimensions and the theories that concern them. (KIRBY 1996:146)

O presente trabalho segue, por isso, a teoria do espaço, uma vez que esta se aplica não só à teoria social, mas também ao estudo da cultura e da literatura.

No último quartel do século XX os estudos sobre o espaço têm vindo a multiplicar-se, dando origem a uma área já muito importante da geografia, e constituindo ponto de encontro de reflexões, metodologias e técnicas desenvolvidas no âmbito de ciências sociais diversas, cada vez mais interessadas no diálogo com a literatura e a cultura.

As problemáticas abarcadas foram-se acumulando, desde a dimensão e composição do espaço aos padrões de interacção e de socialização. Enfim, dezenas de obras sobre o espaço, um conjunto já vasto de revistas especializadas, tornam cada vez mais difícil a qualquer investigador isolado dominar o conjunto de bibliografia e muito menos os campos temáticos que se vão abrindo. Neste sentido, torna-se imperativa a qualquer principiante a opção por uma linha de pesquisa relativamente homogénea, com um quadro conceptual bem delimitado, não desprezando, no entanto, outras formas de abordagem; terá pois de estar consciente de que a sua perspectiva é incompleta e parcelar; e de que nunca deixará de ser uma entre as muitas possíveis, dada a complexidade do fenómeno em causa.

Tentar uma abordagem totalizante não me parece, pois, a via a seguir, muito menos num trabalho com as características do meu. O problema que se coloca ao estudo do espaço prende-se com a sua definição. Se é possível ver o espaço como um lugar geográfico, na maior parte dos casos, a cada passo, o rasto de tal definição desvanece quando se procura detectar as características que delimitam a noção de espaço. A linearidade do termo cede lugar, então, à

pluralidade do símbolo. Neste sentido, desde a primeira hora se tornou necessário dedicar uma primeira parte do trabalho aos estudos sobre o espaço, através da apresentação de alguns pressupostos teóricos e de uma reflexão sobre esta temática. Foi-se tornando, pois, cada vez mais clara a urgência de se privilegiar os estudos sobre as estruturas espaciais na literatura e cultura, justamente pela complexidade e diversidade que o termo implica.

O projecto de investigação que tentei concretizar partiu de um quadro muito amplo, que abarcava a obra de Eliza Haywood. A extensão do material disponível, bem como o tempo de que dispunha, fizeram-me compreender que não podia abarcar nem toda a obra da autora, por um lado, nem uma problemática extensa como é a da teoria do espaço, por outro. Neste sentido, e tendo em conta as características principais das fontes utilizadas, restringi o estudo da autora às obras *Love in Excess* (1719), *The Female Spectator* (1744-46) e *The History of Miss Betsy Thoughtless* (1751), articulando-as com uma “visão geográfica” que procurarei definir. Procurarei assim demonstrar de que forma as três obras referidas nos revelam a forma como Eliza Haywood percebia o mundo e o espaço.

É certo que existe uma distância temporal entre a publicação das obras *Love in Excess* (1719), *The Female Spectator* (1744-46) e *The History of Miss Betsy Thoughtless* (1751). Contudo, os processos utilizados na construção da primeira grande obra da autora, *Love in Excess*, mantêm um diálogo intertextual com as outras duas, diálogo esse que vai além dos pontos de contacto entre as personagens. Embora, a uma primeira vista, estas três obras possam parecer muito distintas, o que este trabalho propõe é exactamente a

compreensão da forma como três obras, distanciadas no tempo, mantêm pontos de contacto.

Veremos que o espaço é entendido como uma projecção de si próprio que sobre si próprio age. O espaço deixa então de ser noção abstracta, conceptual ou uma mera hipótese de trabalho, para se manifestar indissociável dos seres e objectos que o manifestam. O objectivo principal deste trabalho será o enquadramento da autora num contexto periodológico definido, recenseando as afinidades que estas suas obras mantêm sobretudo com os estudos sobre o espaço. O Homem olha e vê-se rodeado de espaço. Viver é criar e destruir fronteiras. O Homem tudo cria e recria no espaço exterior e interior.

* * * * *

Um dos factos mais espantosos da História da Literatura é que as três obras de ficção mais populares antes de *Pamela*, são *Gulliver's Travels*, *Robinson Crusoe* e *Love in Excess; or the Fatal Enquiry* (1719). Muitos questionar-se-ão quem terá escrito a última obra referida, mas, contra todas as expectativas, *Love in Excess*, juntamente com a obra *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe, é o primeiro best-seller do início do século XVIII escrito por uma mulher. Objecto de grande êxito popular, este é o primeiro romance com sucesso de Eliza Haywood, autora que, no final da primeira década do século XVIII, é tão conhecida que é tratada como “Mrs Novel” (BLOUCH 1998: 7). Durante as quatro décadas da sua carreira, a autora produz mais de oitenta títulos. Esta lista de títulos é já indício seguro do amor que tem pela escrita.

Além do considerável volume das suas publicações, Haywood é também uma escritora muito versátil: escreve contos, ficção amadora, novelas, romances, assim como poesia, artigos para periódicos, sátira política, peças de teatro, crítica ao teatro, traduções, manuais de conduta e comédia musical.

Sabe-se muito pouco da vida pessoal de Eliza Haywood. Provavelmente nascida por volta de 1693, em Londres, como Eliza Fowler, filha de Robert Fowler, desde cedo se dedica à vida artística. Não se sabe onde viveu especificamente, mas supõe-se que abandona a família para se dedicar à sua carreira profissional e também para se casar. Pertence a uma geração que adere entusiasticamente à vida artística e, depois de sair de casa, aparentemente contra a vontade dos pais, aparece como Eliza Haywood em 1715 no palco, em Londres. Não é claro com quem terá casado ou como terá terminado o seu casamento. Talvez a história de que o seu marido a tivesse abandonado seja real, talvez este tenha morrido, ou feito qualquer coisa para que Haywood se tivesse afastado dele. Nenhuma das hipóteses pode ser comprovada. Haywood dedicado-se ao teatro durante dois anos, fazendo pequenos espectáculos em diferentes locais, tendo regressado a Londres sozinha em 1717. Contudo, a sua carreira de actriz não corresponde às suas expectativas, pelo que decide dedicar-se à escrita. Nas palavras da autora, “the Stage not answering my Expectations, and the Averseness of my Relations to it, has made me turn my Genius another way.” (*Apud* Blouch 1998: 9)

Com o decorrer dos anos Haywood dedica-se cada vez mais à escrita, o que lhe assegura o sucesso no seio das famílias burguesas, rapidamente levadas a aderir a histórias que veiculam simultaneamente valores tradicionais e reformadores. O público vai sendo conquistado dia-a-dia por uma trama

romanesca que gira sempre em torno de uma história de amor. De 1741 até ao ano em que morreu (1756?), refere Christina Blouch, Haywood publica todos os anos trabalhos cada vez mais complexos e sofisticados, cujo conteúdo mostra uma preocupação crescente com questões ligadas à identidade social e ao espaço que cabe à mulher ocupar na sociedade (BLOUCH 1998: 12). Desta forma, Haywood ganha a admiração do público em geral, e as suas obras dão-lhe a fama de “great arbitress of passion”. Podemos aqui recordar o poema de James Sterling:

To Mrs. Eliza Haywood on Her Writing (1732)

[...]

Let tyrant man, with Salic¹ laws submit,
Nor boast the vain prerogative of wit:
See! from Eliza in a flood of day
With vast effulgence streams the pow'ful ray!
But Nature, an elegance of care,
At once creates our wonder and our fear;
So delicate's the texture of our brain,
We wish it less refined, and nearer man;
For weak's the clock with over-curious springs,

[...]

Great arbitress of passion! (wond'rous art)

[...]

Rash youth, hence dread the wanton's venal smiles-
Sure 'twas by brutal force of envious man,
First learning's base monopoly began;
He knew your genious, and refused his books,
Nor thought your wit less fatal, than your looks².
Read, proud usurper, read with conscious shame,
Pathetic Behn, or Manley's greater name³;

¹ Salic laws eram leis que impediam as mulheres de herdarem bens. Haywood desafia esta lei mostrando que a inteligência não é uma prerrogativa dos homens.

² O leitor (homem) reconhece que os homens, por ciúme da inteligência e da beleza das mulheres, adquiriram o monopólio da educação não por herança, mas por usurpação.

Forget their sex, and own when Haywood writ;
Born to delight as to reform the age,
She paints example thro' the shining page;
Satiric precept warms the moral tale,
And causticks burn where the mild balsam fails;
A task reserved for her, to whom 'tis given,
To stand the proxy of vindictive Heaven.

Haywood, juntamente com Aphra Behn e Delarivier Manley, vai contribuir para a transformação do panorama literário nacional, sendo reconhecida pelo poeta James Sterling como uma das “Fair Triumvirate of Wit” – as três mulheres escritoras mais populares, influentes e controversas da época. O poema de James Sterling refere Haywood como uma das pioneiras femininas que, contra todas as expectativas, enfrenta o domínio masculino no mundo da escrita típico no século em que viveu. Para Haywood o carácter didáctico da literatura era ponto assente, compartilhando com outras escritoras, suas antecessoras, o ideal da educação feminina. A este respeito já dizia Bathsua Makin em “An Essay to Revive the Ancient Education of Gentlewomen”:

[...] The barbarous custom to breed women low is grown general among us and hath prevailed so far that it is verily believed [...] that women not endued with such reason as men, nor capable of improvement by education, as they are. It is looked upon as a monstrous thing, to pretend the contrary.

[...] Were women thus educated now, I am confident the advantage would be great: the women would have honor and pleasure, their relations profit, and the whole nation advantage. (MAKIN 1673: 126)

³ Aphra Behn, admirada pela sua escrita, e Delarivier Manley, nesta altura ainda mais famosa do que Behn.

Haywood via igualmente na educação um meio de enriquecimento de um casamento e de uma sociedade, tornando-se, por isso, eco de uma política regeneradora educacional. Desta forma, a preocupação da autora com a educação feminina, assim como com a situação da mulher como possuidora de uma consciência individual e como membro da sociedade, faz com que Haywood seja considerada por muitos críticos do século XX e XXI como a heroína proto-feminista que abriu o caminho para o futuro das mulheres escritoras. A literatura, sem dúvida, constituía o melhor veículo para se chegar a um sector em formação, o das mulheres que, embora não tendo a educação literária adequada, sabiam ler e tinham a capacidade de escolher as suas leituras, como fazia a classe dominante. Definido assim o público potencial a que se destinavam as suas obras, é curioso verificar-se a permanência de algumas constantes temáticas em todas elas. Esse cuidado posto na escolha dos temas que mais a atraíam, e simultaneamente atraíam o público, constitui a razão do seu extraordinário êxito, que não se desenvolveu apenas em extensão, mas também em profundidade.

Depois da publicação de *Love in Excess*, Haywood escreve, sensivelmente, de três em três anos, um romance. Durante os anos 20 do século XVIII a autora torna-se, assim, na romancista mais popular da época.

Entre Abril de 1744 e Maio de 1746 Haywood publica um periódico, *The Female Spectator*. Assim como *Love in Excess*, este periódico vai ter imenso sucesso entre o público leitor, sendo, ainda hoje, sujeito a inúmeros estudos por parte de muitos críticos. *The Female Spectator* tem uma vida muito curta, de apenas dois anos (1744-46). Os seus dois anos de vida marcam uma era de significativas mudanças no que concerne à literatura periódica de

mulheres. Pela primeira vez, Haywood produz e edita um periódico para mulheres feito por uma mulher. Antes da publicação de *The Female Spectator*, poucos haviam sido os periódicos que se dirigiam maioritariamente a um público feminino. Por outro lado, os periódicos que o haviam feito, eram essencialmente manuais de conduta, cuja retórica frequentemente relegava a mulher para a esfera doméstica e as excluía da vida pública. Além disso, estes periódicos femininos eram escritos por homens e seguiam um caminho que, propositadamente, excluía as mulheres dos assuntos masculinos. Lidos como meros manuais de conduta, muitos destes periódicos designavam espaços para a actividade feminina que se cingiam quase somente à esfera doméstica⁴.

No entanto, quando Haywood publica *The Female Spectator*⁵ em 1744, este ultrapassa as fronteiras políticas que a cultura vigente estabelecia, reescrevendo este “manual de conduta” com contornos renovadores e, em certa medida, reformadores. A literatura pedagógica para mulheres reflectia, assim, espaços de conhecimento que iriam produzir uma forma especificamente feminina de subjectividade. Embora sujeita à força política, Haywood, através do seu periódico, exerce uma forma de poder subtil, mas muito eficaz. Nancy Armstrong afirma, neste sentido:

The curriculum aimed at producing a woman whose value resided chiefly in her femaleness rather than in traditional signs of status, a woman who possessed

⁴ Como periódico feminino *The Female Tatler* foi um dos primeiros em Inglaterra, muito embora a identidade do(s) autor(es) ainda seja muito controversa, não se sabendo de que sexo seria(m). O periódico foi publicado num primeiro momento com a assinatura de uma mulher, Mrs Crackenthorpe, e num segundo momento por uma “Society of Ladies”. Esteve em circulação menos de um ano (1709-1710); marca, contudo, a história da literatura periódica e, principalmente a história da escrita feminina.

⁵ O título do seu periódico faz referência ao *Spectator* de Addison e Steele, já que Haywood obviamente aproveita a fama que este título havia alcançado décadas antes. Um manual de conduta, *Spectator* condena o estado dos costumes, que se arrasta até ao virar do século e apela a uma reforma substancial, procurando transformar os ideais de moralidade, refinamento e, sobretudo, bom gosto.

psychological depth rather than a physically attractive surface. (ARMSTRONG 1989:20)

Sendo *The Female Spectator* o primeiro periódico moderno escrito por uma mulher para um público feminino, este consiste numa série de artigos seleccionados, que inclui ficção romântica e satírica, ensaios morais e comentários sociais, abrangendo um grande número de preocupações partilhadas pelas mulheres da classe média do século XVIII. Com o intuito de justificar todo e qualquer assunto abordado no periódico, Haywood recorre a um mundo ficcional, povoado por personagens irreais que, ironicamente, através de exemplos morais, pretendem demonstrar ao público o que poderá ser alterado na sociedade. Este mundo é construído a partir de cartas, que pretensamente os leitores lhe haviam escrito, cartas que servem ora para criticar uma dada situação, ora para acentuar determinado raciocínio que a autora pretende introduzir. Assim, sem ser revolucionária, Haywood vai apontando para as inquietudes sociais das mulheres no século XVIII. Através deste periódico Haywood continua, por isso, a criticar o papel limitado das mulheres, defendendo a sua capacidade e direito à escrita e à expressão:

With this experience, added to Genius tolerably extensive, and an Education more liberal than is ordinarily allowed to Persons of my Sex, I flattered my self that it might be in my Power to be in some measure both useful and entertaining to the Public. (FS 9)

Embora não se conheçam muitos factos relativamente à vida de Haywood, a autora não deixa de ser uma figura pública no século XVIII. Como afirma Oakleaf,

While there is evidence that she wanted her private life to remain private, Haywood was a very public figure. Her novels won her fame as the "Great arbitress of passion!" (OAKLEAF 2000: 9)

A quantidade de obras escritas por Haywood é impressionante, não só pela sua variedade, como afirma Oakleaf, mas também pela sua quantidade. Uma das principais razões do sucesso da autora prende-se com a variedade dos temas que aborda cuja base principal assenta quase sempre numa narrativa de um ou mais triângulos amorosos, que permitem à autora a apresentação de diferentes papéis femininos. Haywood, como autora, projecta nas suas personagens femininas a sua sexualidade, os seus desejos, o seu comportamento, o seu senso de identidade, a sua autonomia e a falta dela, procurando, assim, escapar às fronteiras patriarcais, e influenciando toda uma audiência feminina. A criação de espaços que irradiam a possibilidade de transgressão e provocação marcam, inevitavelmente, a escrita de Haywood. A autora cria, assim, ambientes capazes de expor e ameaçar o mundo conservador, mundo esse que Haywood constantemente expõe e desmistifica. A escrita concede-lhe, por isso, uma forma eficaz de resistência à opressão patriarcal.

Haywood tem um vasto público leitor, conseguindo, por isso, alcançar sucesso financeiro e, conseqüentemente, a sua independência. A decisão de Haywood de se limitar puramente à esfera feminina e a questões privadas do "coração", paradoxalmente, em vez de a proteger (por não ter entrado em questões políticas e masculinas), levaram a que fosse criticada. Por isso, a autora está sujeita à maldade e inveja dos homens seus contemporâneos, cuja tendência é a sátira e a crítica literárias. É importante referir que o romance,

como género literário, assim como a mulher romancista, como lembra Christine Blouch, emergem no mundo literário como novidades, enfrentando, por isso, muita resistência (BLOUCH 1998: 7). Para Alexander Pope e Jonathan Swift, diz Blouch, esta nova cultura popular literária assume-se uma espécie de monstro feminino, que ameaça o monopólio da elite literária masculina. Assim, quando a autora decide escrever romances escandalosos, provoca reacções adversas por parte de diversos autores, tais como Jonathan Swift e Alexander Pope, que a ataca severamente no poema *The Dunciad* (1728). Embora muitos críticos mencionem que foi nesta época que Haywood deixou a escrita devido a estas críticas, Oakleaf defende que tal é improvável. O autor afirma que Haywood terá colocado um pouco de lado a escrita devido ao seu intenso envolvimento com o teatro e não por qualquer outro motivo (OAKLEAF 2000: 9). Assim, nos anos 30 e 40, Haywood dedica-se a outras actividades, entre as quais se destacam a representação, a tradução e a publicação. Haywood torna-se, assim, na autora mais criticada entre os membros de chamado “Fair Triumvirate”. Os políticos, que em muito influenciam a reputação literária fazem com que a famosa Eliza Haywood do século XVIII aos poucos se torne numa figura anedótica e sem importância, levando ao gradual esquecimento do seu nome das Histórias da Literatura. (BLOUCH 1998: 8).

Depois de 200 anos de esquecimento, Haywood recebe hoje finalmente a atenção que lhe é devida como a escritora que, no século XVIII, era identificada como o estandarte do romance Inglês. Nos nossos dias, os parâmetros de análise literária alargaram os seus horizontes, incluindo algumas mulheres escritoras, de entre as quais Haywood se destaca consideravelmente.

Verificamos, assim, que a narrativa de ficção de autoria feminina revela um trajecto lento e difícil na descoberta de uma voz autónoma. Na escrita masculina não é tradicionalmente reconhecida autonomia à mulher, sendo esta apresentada como complemento do homem. A força dessa imagem é tal que desmontá-la implica uma rebelião contra valores estabelecidos e, em grande parte, interiorizados.

A maior dificuldade que Haywood tem de enfrentar, e que projecta nas suas heroínas, que assim assumem uma identidade singular, vai ser a necessidade de se integrar numa sociedade que lhe impõe uma situação de subjugação, impedindo-lhe a livre circulação nos espaços. Concordo, por isso, quando Nancy Armstrong afirma que as mulheres escritoras, ao contrário dos homens, têm que lidar com a difícil tarefa de, simultaneamente, subverter e aceitar os conceitos patriarcais (ARMSTRONG 1989: 7). É, por isso, necessário levar a cabo certos arranjos sociais para se tornar perfeitamente compreensível e aceitável aos olhos da opinião pública actos fora dos padrões sociais vigentes na época, de que a rejeição de um casamento por parte de Betsy e, depois, a sua tentativa de divórcio são exemplo.

Haywood, todavia, não deixava de celebrar a libertação temporária da ordem estabelecida e dos preconceitos contra as mulheres. Os romances de Haywood dão aos leitores a oportunidade de participar num mundo de fantasia sexual e erótica onde o amor e o desejo não eram escondidos. Haywood encontra, assim, nas diferenças entre homem/mulher as condições necessárias à sua autoridade política activa. A insistência da autora na expressão transgressiva do desejo marca, assim, uma era de recusa de normas, de

proibições e de privilégios concedidos apenas aos homens. Através das suas histórias, Haywood apresenta diversos espaços, transformando as suas protagonistas em heroínas que, através dos seus amores e desamores, dão conta do mal da sociedade: "Places do not have boundaries in the sense of divisions which frame simple enclosures." (MASSEY 1994:155)

Betsy⁶, assim como Melliora⁷, inscrevem nas suas acções e nos seus percursos distintos, a recusa de conduta que não podem em princípio aceitar. Como veremos adiante, os laços que elas estabelecem com diferentes espaços e com o mundo masculino justificam talvez uma vida decididamente colocada à margem da existência real.

A par de tudo isto, é importante referir a utilização de textos de natureza diversa, o emprego de uma linguagem percorrendo a gama que vai do irreverente ao sexualmente explícito e até ao grosseiro. O recurso à desestabilização sintáctica, aos jogos de palavras e à linguagem do excesso, tão característico da escrita desta autora, insere-se nesse programa de agressão do leitor com relações inusitadas que o levam a repensar a realidade. O que se denota facilmente nos seus romances é o espírito renovador e experimental, a procura de um estilo pessoal.

Mas não é apenas na linguagem que reside o impacto da narrativa. A estrutura da obra acentua a tensão entre dois níveis de enredo: um nível de superfície, que acompanha a vida das protagonistas cronologicamente, e um nível submerso, em que a informação é dada através de diversos espaços e por ecos de vozes diferentes. A quebra, por vezes, de linearidade provocada por estes dois níveis leva-nos inevitavelmente à dinâmica do espaço, pondo em

⁶ Personagem principal da obra de Eliza Haywood *The History of Miss Betsy Thoughtless*

⁷ Personagem principal da obra de Eliza Haywood *Love in Excess*

questão as conjecturas do mundo patriarcal. Haywood reconhece, por isso, as possibilidades discursivas que a ficção pode oferecer, celebrando a sua sexualidade através da escrita e promovendo a sua própria identidade política como mulher através da sua identidade como escritora. Podemos afirmar, desta forma, que a temática dos espaços se insere no contexto da procura da liberdade, demanda essa que é marcada por um olhar que abrange a (im)possibilidade de interagir com os espaços, nos espaços e através dos espaços.

Haywood fala assim nos seus romances das diferentes relações da mulher com os espaços em que se inscreve. São esses caminhos difíceis e peculiares que a mulher se vê obrigada a trilhar, que examinarei nos capítulos que se seguem.

Desta forma, a partir da reconstituição histórica, através das teorias do espaço e da emergência da liberdade de imprensa no século XVIII, este texto pretende equacionar as contradições existentes entre a liberdade de expressão e de opinião como um bem primário, voltado para a reflexão da conduta humana e baseada na ideia de igualdade e os diferentes tipos de espaço. A intenção é esclarecer as dicotomias entre os vários tipos de espaço, em função das suas naturezas específicas e, a partir daí, verificar como Haywood utiliza essas contradições para legitimar a sua própria perspectiva de liberdade.

1. ESPAÇO: QUE ESPAÇOS?

It is necessary to find ways to interrogate the unconscious and to explore the multiple spatialities inscribed within geographical imaginary. (GREGORY 2002: 335)

Cumpre-me, desde já, precisar a função meramente preambular deste capítulo. Como prólogo de enquadramento de uma temática recorrente nestas últimas décadas, este capítulo tem como objectivo apresentar, de uma forma não exaustiva, alguns dos estudos sobre o espaço que têm vindo a ser publicados por diversos teóricos.

Pretendo assim clarificar o conceito de espaço, de modo a viabilizar a sua utilização ao longo desta dissertação. Proponho-me apontar alguns aspectos relevantes da teoria do espaço, na certeza embora de que nenhum processo sócio-cultural se desenvolve e progride sem esta componente.

Para entendermos a natureza dos espaços que irei abordar na obra de Eliza Haywood será importante percebermos que a autora percepçiona a vida como uma estrada de encruzilhadas, de avanços e de recuos, de tomada de decisões. Ir em frente? Virar? Ir para trás? Foi com estas dúvidas que Eliza Haywood se deparou ao longo da sua vida, e que exprimiu na sua obra. Mas estas são, afinal, as dúvidas que assaltam as mulheres de todos os tempos. Na verdade, mais do que o caminho a tomar, como explica Kathleen Kirby, a vida das mulheres parece ser a história da tentativa de ultrapassar os obstáculos que se lhe vão erguendo no caminho. Para a mulher, defende Kirby, mais importante do que as estradas, é a vontade de abrir caminho:

For the woman, and as a woman, I imagine a world structured not by pathways but by obstacles, the people in the landscape may be threats as much as impediments (rather than seeing how to get from “point A” to “point B” I often see what is keeping me from getting there).(KIRBY 1996: 63)

* * * * *

Até ao século XIX os estudos debruçaram-se essencialmente sobre a História. Como refere Foucault, a grande obsessão era a História e os seus temas, ciclos, crises e grandes heróis. A época actual, todavia, irá ser sobretudo dedicada ao espaço (cf. SOJA 1999: 10). Contudo, do ponto de vista de Edward Soja, a obsessão pela História não termina no final do século XIX, nem tão pouco é totalmente substituída pelos estudos sobre o espaço. Até aos finais dos anos 60 (século XX), assiste-se ainda à primazia da História em relação à Geografia. A subordinação do espaço ao tempo desde cedo ocultou as possíveis interpretações geográficas do mundo em constante mudança. O espaço ainda é visto como algo imutável e fixo, enquanto que o tempo (História) está relacionado com movimento e dinamismo. Como sustenta Soja,

Geography thus treated space as the domain of the dead, the fixed, the undialectical, the immobile – a world of passivity and measurement rather than action and meaning. (SOJA 1999: 37)

Não deixa de ser verdade, contudo, o que Foucault previa em relação à emergência da “época do espaço”. O contexto sócio-cultural actual obriga a uma maior reflexão sobre os diferentes espaços. A partir dos finais da década de 60 estas teorias começam a ser postas em causa. A popularidade de

Foucault faz despertar os autores para os problemas da perspectiva espaciotemporal da sociedade.

Doreen Massey afirma que a actual focalização dada aos estudos do espaço teve a sua origem no Reino Unido, no início dos anos oitenta do século vinte. Já nos anos 60 se começava a sentir uma mudança significativa na economia. Como a autora refere, o mundo do trabalho estava em plena mudança, principalmente na área do desemprego e da manufactura. Estas alterações sociais sucessivas levaram a que rapidamente surgisse uma reflexão política em torno destas. Doreen Massey sugere que, embora estes debates não fossem especificamente na área da geografia humana enquanto disciplina de estudo, estavam em grande parte com ela relacionados, uma vez que a maior parte das mudanças que se verificaram no Reino Unido nesta época foram de cariz geográfico. A estruturação de espaços sofria profundas mutações quer a nível social quer económico: a economia das grandes cidades empresariais entrou em declínio, observando-se, por isso, um processo de descentralização destas para os meios mais rurais, quer a nível da população quer do emprego. Assistiu-se ainda ao aumento de emprego por parte das mulheres e ao equilíbrio da situação económico-social entre o homem e a mulher, principalmente porque esta trabalhava e começava a ganhar tanto quanto o homem. Cada local sentia as suas mudanças, uns com mais intensidade do que outros, mas sempre mudanças de acordo com as especificidades locais (MASSEY 1994: 126).

Falar de sociedade exige, obviamente um olhar atento à História, e cada indivíduo tem uma biografia, e cada minuto da sua vida contribui, mesmo que intimamente, para o curso da História. Contudo, será necessário

acrescentarmos que é o espaço que se ocupa, ou que nos é permitido ocupar, que molda a História. Há, assim, de facto, uma dialéctica entre tempo (História) e espaço (Geografia). É a partir deste pressuposto que se afirma uma nova perspectiva crítica, um modo diferente de ver o mundo, no qual a geografia humana tem um papel activo e preponderante. Não esqueçamos, todavia, que falar de relevância do espaço não é pôr-se de lado a História e o tempo, como afirma Soja:

The reassertation of space in critical social theory does not demand an antagonistic subordination of time and history, a facile substitution and replacement. It is instead a call for an appropriate interpretative balance between space, time and social being. (SOJA 1999:23)

O termo “espaço” era maioritariamente encarado como um termo relacionado com os estudos da geografia. Nos nossos dias o termo extrapolou a sua significação geográfica para ser usado nos mais diversos campos. Surge-nos agora no contexto de estudos sobre o racismo, o feminismo, a problemática ambiental, a globalização, entre outros campos. O espaço deixa, assim, de estar ligado especificamente à geografia, para se tornar num termo global. Assim, a identidade do espaço - a sua estrutura social, o seu carácter político – torna-se um produto de interacções. Parafraseando Soja, pode afirmar-se que há uma interacção complexa e problemática entre as geografias humanas e a constituição de relações e práticas sociais que precisam de ser reconhecidas e abertas à interpretação teórica e política (SOJA 1999:57).

Estamos, portanto, perante uma geografia humana crítica e pós-moderna, como afirma Edward Soja, uma geografia que assegura a interpretação correcta do espaço no contexto da História. Surgem, por isso,

várias formas de ver o espaço e o tempo. Soja fala de uma tripla dialéctica entre o espaço, o tempo e o ser social, ou seja, uma nova teoria que engloba a História, a Geografia e a Modernidade. A esta teoria chama Soja "Geografias Pós-Modernas". No fundo, diz Soja, o que está a ser posto em causa é o domínio da História sob o pensamento crítico e não a sua importância (SOJA 1999: 12).

Levando mais longe a sua análise de conceitos sobre o espaço, Soja revela-nos a dialéctica inseparável entre as relações sociais e as relações de espaço. Soja distingue, assim, dois tipos de espaço: o espaço em si, visto de uma perspectiva materialista, o espaço como forma objectiva das coisas; e o espaço criado pela organização social. Mas analisar a sociedade tendo como ponto de partida o espaço físico é um erro, diz Soja. O espaço como contexto meramente físico, comenta o autor, tem gerado demasiado interesse. Como ele afirma, "space in itself may be primordially given, but the organization, and the meaning of space is a product of social translation, transformation, and experience." (SOJA 1999:80)

Se, no século XIX, o espaço era visto como algo de estático, opondo-se à noção de tempo, as teorias de espaço actuais contrariam esta visão. É o caso de Doreen Massey que defende que "The specificity of place is continually reproduced, but it is not a specificity which results from some long, internalized history" (MASSEY 1994: 155). Para Massey o movimento temporal também é espacial, uma vez que tempo e espaço estão inter-relacionados. O espaço é, no fundo, um conjunto de relações sociais que estão ligadas entre si por um fio temporal e se movem tendo em conta os diferentes locais em que se inscrevem. Neste sentido, vendo o espaço como um movimento de intersecção

dessas relações sociais, este não poderá ser estático, mas sim dinâmico. A autora conclui, por isso, que o espaço não é uma superfície rasa, pois as relações sociais que o criam são, em si, dinâmicas. Desta forma, espaço e tempo passam a estar intimamente ligados, como explica Massey, “Space is not static, nor time spaceless. Of course spatiality and temporality are different from each other but neither can be conceptualized as the absence of the other.”(MASSEY 1994:264)

A citação pretende evidenciar o facto de que tudo o que acontece no tempo, acontece, impreterivelmente, num espaço. O espaço é uma construção de inter-relações sociais, estando estas relações sujeitas a um espaço local, assim como, global; o espaço vai-se assim modificando com o tempo:

We need to conceptualize space as constructed out of interrelation, as the simultaneous coexistence of social interrelations and interactions at all spatial scales, from the most local level to the most global.(MASSEY 1994:264)

Para Doreen Massey o termo “espaço” só existe no discurso, e é um mito, uma ideologia; o termo, nesse sentido, é apenas uma metáfora (MASSEY 1994:262) que define uma inter-relação, e não um espaço real e geográfico. A sua dimensão independente e ideológica torna-o impossível de uma definição exacta. Esta visão do termo, de um ponto de vista metafórico, só trará vantagens, como esclarece Massey, “Apart from its greater clarity, this would have the considerable advantage of leaving us free to retain (or maybe to develop) a more positive concept of space.”(MASSEY 1994:263)

Do ponto de vista de Anthony Giddens, actualmente o espaço geográfico é muito relativo. A globalização é o tema do dia. Cada vez mais

peessoas viajam para sítios mais distantes, sem que isso lhes leve mais tempo; graças à Internet, a comunicação escrita já não demora mais do que um segundo a chegar; a comida que comemos todos os dias pode ter vindo de qualquer parte do mundo. Constatamos, portanto, que o espaço geográfico deixa de fazer diferença. O aqui e o ali já não existem. No mundo actual da cibernética e da tecnologia dos computadores tudo é feito no ciberespaço com o toque de uma tecla. Quando se fala em globalização, diz Anthony Giddens, há que separar o espaço do lugar, e integrar o espaço na dimensão vazia do tempo (GIDDENS 1994: xii).

É neste contexto que Doreen Massey nos fala da necessidade do entendimento da noção de “compressão tempo-espaço”. Este termo, na tese de Doreen Massey, refere-se ao movimento e à comunicação através do tempo, à elasticidade geográfica das relações sociais e à nossa experiência de tudo isto. A crescente aceleração do mundo actual pode estar relacionada com motivos económicos; contudo, é bastante mais determinante a nossa experiência do espaço do que a economia em si. Assim, Massey explica que aqueles que conseguem tirar vantagens na utilização da “compressão tempo-espaço”, são aqueles cujo poder e influência se fazem sentir. Todavia, esta questão de “compressão tempo-espaço” leva a que Doreen Massey questione a verdadeira noção de espaço, lugar. Será um lugar, um espaço? Serão vários lugares, vários espaços?

O lugar onde se está, ou seja, o espaço que se ocupa e o momento em que se está são aspectos da mesma realidade, e cada lugar, como cada momento, são apenas um todo, mas um todo único. É neste sentido que se deve compreender a afirmação de Edward T. Hall de que “o homem ao

desenvolver a cultura, domesticou-se a si mesmo, criando neste processo um conjunto de nova série de mundos diferentes uns dos outros”(HALL 1973:21).

A obra de Edward Hall *La Dimension Oculta: Enfoque antropológico del uso del Espacio* constitui um contributo notável para a elucidação do problema da definição do termo espaço. Segundo Hall, nos nossos dias a ideia de espaço “comprende mas *movimiento* y va mas allá de lo visual, se refiere a un espacio mucho más profundo, sensual y sensitivamente” (HALL 1973:150).

A noção de lugar está inter-relacionada com o nosso sentido de identidade, sendo que a nossa identificação passa invariavelmente pelo lugar onde moramos, com quem convivemos nesse espaço, e as ideologias locais. Neste sentido, diz Massey, a noção de lugar reflecte estabilidade. Com esta leitura o “espaço”/ “lugar” é relacionado com a ideia de estatismo, enquanto que o “tempo” está ligado a movimento e progresso. Daí que Doreen Massey explique:

We need, therefore, to think through what might be an adequately progressive sense of place, one which would fit in with the current global-local times and the feelings and relations they give rise to, *and* which would be useful in what are, after all, political struggles often inevitably based on place.(MASSEY 1994:152-153)

Doreen Massey afirma ser problemática a noção do espaço como tendo identidades únicas e singulares, e como sendo construído a partir da história e do tempo. O problema desta definição de espaço é que exige o desenho de fronteiras e de limites, uma perspectiva que a autora critica. Neste sentido, e ainda segundo a mesma autora, é legítimo afirmar-se que, assim como as pessoas têm múltiplas identidades, também o espaço é múltiplo. São

estas múltiplas identidades que podem gerar tanto riqueza como conflitos. Na sequência deste pensamento, Massey afirma que o que dá especificidade a um espaço não é tanto a História mas o facto de este ser construído a partir de uma panóplia de relações sociais que se encontram e se cruzam num determinado lugar/espaço. Estas interacções sociais não são imóveis e paradas no tempo, fazendo antes parte de um processo. Deste modo, os próprios espaços são processos. (MASSEY 1994: 152-55).

Os estudos empreendidos por Kathleen Kirby corroboram esta ideia. A autora pretende introduzir a noção de espaço de subjectividade como um espaço de consciência individual, o espaço psíquico. Na sua obra *Indifferent Boundaries* Kirby considera a possibilidade de descrever, com termos geográficos, o espaço de subjectividade. Assim, afirma Kirby, além do espaço físico que molda toda a nossa identidade, existe um outro espaço, o da nossa subjectividade. Todos os dias nos referimos a este espaço quando falamos de sentimentos e emoções. A nossa mente, a nossa psique, não é visível como um espaço físico concreto, mas não deixa de ser um espaço com as suas características e limites. Deste modo, segundo a autora, será possível coordenar os espaços do sujeito e examinar em que medida todos os outros espaços – social, físico e político - constituem em si diversas subjectividades. Reconhecer os espaços de subjectividade, para Kirby, equivale a reconhecer num sujeito a capacidade de mudança (KIRBY 1996:12-16).

Na definição de um espaço interior, subjectivo e pessoal há que entender, por isso, certas limitações impostas ao ser humano que podem passar despercebidas a olhos menos atentos. Por exemplo, as imagens de clausura feminina recorrentes na literatura testemunham as barreiras a

transpor, e o perigo que advém sempre que negligenciados estes obstáculos espaciais. Neste sentido, Kirby afirma que a noção correcta do termo “espaço” oferece-nos precisamente a substância de que temos andado à procura, uma vez que providencia uma análise multidimensional da subjectividade, análise essa que consegue ser material e objectiva sem perder de vista a dinâmica da vida interior do sujeito, fundindo simultaneamente, desta forma, a experiência humana mais física e terrena com a fluidez da imaginação e da subjectividade. Ao afirmar que todos os espaços interagem e podem ser transformados por essa mesma experiência, Kirby frisa a ideia da elasticidade do termo “espaço”. Associando a ideia de espaço à de subjectividade, Kirby defende que as fronteiras fixas que se pressupõem num espaço geográfico desapareçam e dêem lugar a limites provisórios e em constante mudança:

As much as the social field is a place where subjects come together, interact, and occasionally leave transformed, the semiotic field is a place where boundaries get drawn, erased, shifted, and reinscribed.(KIRBY 1996:152)

É nesta insistência sobre a mutabilidade do espaço subjectivo que Kirby constrói a teoria de que a subjectividade tem forma e que, por isso, existem várias subjectividades com diferentes formas:

Space' can give us the flexibility we need to capture all the multiple dimensions of subjectivity, while also providing the means for theorizing subjective mutability.(KIRBY 1996:154)

Como refere Kathleen Kirby, já Freud tinha a consciência de que o Homem, para ser considerado um sujeito, tem de ter consciência do espaço. Uma criança torna-se um sujeito a partir do momento em que consegue

distinguir o “eu” do objecto, ou seja quando vê a diferença entre o “eu” e o “outro”, “o interior” e “o exterior”, o “aqui” e o “ali”. Contudo, ao longo da vida estas diferenças têm de ser continuamente exploradas e trabalhadas, tornando-se a subjectividade fundamentalmente uma conquista de espaço.

A autora reconhece, assim, que o cerne da procura de identidade está na viabilidade da mudança das formas do espaço. Para atingir essa mudança há que resolver, então, a tensão inevitável entre a fronteira e o espaço. Definir o espaço em termos de subjectividade faz com que todos estes limites impostos pelo termo “espaço” se diluam, tornando-se a subjectividade, deste modo, num espaço flexível. É neste sentido que Kirby distingue “sítio” e “espaço”. Para a autora o sítio é orgânico e estável; em contrapartida, o espaço é maleável e sujeito a inúmeras modificações no que se refere aos seus limites (KIRBY 1996: 19).

Mas será que o espaço tem mesmo “fronteiras”? Que fronteiras? Qual a razão das fronteiras? Para um melhor entendimento da noção de fronteira teremos de distinguir as noções de lugar e de espaço. A identidade de um lugar é, em parte, construída na inter-relação desse lugar com outros lugares. Existem vários elementos que distinguem um lugar de outro: as pessoas que o habitam, os costumes, os climas, as actividades económicas, as condições geográficas, a cultura, a ideologia local, entre outros factores. Estas são algumas das características que nos permitem afirmar estar num determinado lugar e não noutro. Este contraste entre lugares pressupõe a existência de fronteiras, para que deste modo se possa distinguir “este” lugar do “outro”. Contudo, limitar um lugar não implica fazer o mesmo com o espaço.

De facto, em certas áreas há a necessidade de se falar dos limites do espaço, mas na conceptualização do termo espaço há que ir mais além. Quando se fala em espaços geográficos, por exemplo, as delimitações são em muitos casos necessárias; por outro lado, estas delimitações são também bastantes problematizadas e postas em causa quando se fala de espaços de subjectividade da mente ou da psique. O espaço do nosso conhecimento, da nossa subjectividade nunca é igual, e gera a diferença, como defende Mike Crang. É esta mudança constante dos limites que Kirby comenta:

Each space offers its won degree of freedom and imposes its own kind of confinement. Space itself is rather shifty. *Defining* normally has to do with fixing a territory and demarcating its edges, with orienting ourselves in a stabilized environment.(KIRBY 1996: 16)

A afirmação contida no excerto supracitado põe em relevo a importância da temporalidade das fronteiras (KIRBY 1996: 32). Como facilmente se depreenderá, a explicação em questão está, muito provavelmente, relacionada com a fragilidade das fronteiras na estruturação da identidade. Kirby defende esta ideia nos passos seguintes do seu texto:

(...) all the permutations of space within the realm of human perception were transcending their previous groundedness, rearticulating themselves in a fluid and dynamic economy in which boundaries became a highly contested property.(KIRBY 1996:76)

Transgressing or eliminating these borders may be offered, in both personal and geopolitical schemas, as one of the primary and necessary steps in a journey to utopia...(KIRBY 1996: 17)

Nas diferentes concepções sociais do espaço, a investigação levada a cabo por Doreen Massey também foca este aspecto. Se até aqui os estudiosos da geografia se tinham debruçado sobre esta área adoptando uma perspectiva local, a partir de agora não poderão deixar de ser confrontados com a inexistência de limites supostamente impostos por este mesmo termo. Massey explica:

Thinking of places in this way implies that they are not so much bounded areas as open and porous networks of social relations. It implies that their 'identities' are constructed through the specificity of their interaction with other places rather than by counterposition to them.(MASSEY 1994: 121)

É nestas interacções que a natureza do termo “espaço” se liga ao conceito de identidade. Nós vivemos e movimentamo-nos num espaço que nos caracteriza, ao mesmo tempo que este se molda a nós e se modifica. Massey reconhece que a imagem dominante de qualquer espaço é a contestação a ela, daí a mutabilidade dessa imagem. É devido a todo este conjunto de relações que as múltiplas identidades do espaço se vão configurando. Assim, se o espaço define o sujeito, mais verdade é que o sujeito é que define o seu espaço:

Space once it becomes conscious is instantly problematized. Partly, however, it is also because it is not only the space that defines the subject, but the subject that defines space. The subject is an effect of space, but the space that effects it is subjective. Subjectivity is a continual process of negotiation with space, of attempting to locate and reassure one's self of one's limits and to confirm the place of reality. (KIRBY 1996: 84)

Desta forma, Kirby frisa a temporalidade das fronteiras, dado que cada espaço é temporal, maleável e substituível. As fronteiras que delimitam determinado espaço estão sujeitas a inúmeras modificações. É a flexibilidade dos espaços que nos permite agir, derrubando limites e fronteiras aparentemente inultrapassáveis. Como afirma Kirby,

The sexual, racial, and cultural imperatives of our culture may make us a space of interiority in ways to which we object, but it is from this position that we get the impetus to react to or willfully take up the cultural shape ideology imposes on us. (KIRBY 1996: 33)

A autora deixa então em aberto o espaço psicológico do sujeito, porque do seu ponto de vista é nos meandros deste inconsciente que o sujeito manipula os seus ideais culturais de modo a que estes se adaptem aos seus propósitos. Assim, como Kirby refere, o sujeito pode projectar esses seus ideais para a realidade que o envolve, muito embora a realidade nem sempre vá de encontro a eles.

Esta diversidade de abordagens sobre o espaço que se procurou apresentar neste capítulo, reflecte a importância actual dos estudos sobre o espaço. Não pretendo resolver com estas breves palavras este vasto problema que envolve a concepção geográfica da vida humana. Quando muito, para terminar, arriscarei dizer que, para um melhor entendimento da teoria do espaço há, de facto, a necessidade de se repensar a teoria social, pois o espaço é uma parte integrante e fundamental da vida social. Perceber-se a sociedade e o modo como ela actua implica falar-se sobre o espaço: perceber o significado do espaço.

2. ESFERA PÚBLICA E ESFERA PRIVADA: ESPAÇOS DICOTÓMICOS?

Space and Place are important in the construction of gender relations and in struggles to change them. (MASSEY 1994:179)

No século XVIII, na lógica do pensamento iluminista é valorizada a ideia da opinião livre do cidadão; assiste-se, efectivamente, ao surgimento de uma opinião pública, que, através das diferentes formas da imprensa, se afirma como legítima e autónoma em relação ao Estado.

É nas associações, nos clubes privados e, mais tarde, nos cafés, como refere Brewer, que as correntes de opinião se formam a partir de discussões animadas e controversas. Destas discussões surgem textos de imprensa que se apresentam como críticas de arte, de literatura, de teatro e de ideias. Uma imprensa especializada nasce neste ambiente diletante, crítico e apaixonado. É esta imprensa que se cindirá em imprensa de opinião e em magazine literário e artístico⁸.

À medida que se forma uma escrita especializada e que aumenta o número de pessoas que sabem ler e escrever, desenvolve-se o gosto pelo

⁸ Cf. BREWER, John. 1997. *The Pleasures of the Imagination. English Culture in the Eighteenth Century*. London: HarperCollinsPublishers. É neste contexto que Brewer afirma:

“But in the late seventeenth century high culture moved out of the narrow confines of the court and into diverse spaces in London. It slipped out of palaces and into coffee houses, reading societies, debating clubs, assembly rooms, galleries and concert halls...” (3); “ Taverns and coffee houses like Child’s served many purposes in eighteenth-century London. They were places of pleasure and business, catering to customers from all walks of life, centres of rumour, news and information. In these snug centres of conversation and conviviality, groups of men (and, less usually, women) gathered to drink, gossip, trade, debate and intrigue. “ (34)

É nestes espaços que a literatura encontra o seu principal público. É aqui que se julgam os tempos e se condenam ou absolvem modos e costumes. Os periódicos proliferam perante um público ávido de informação (Cf. PORTER 1994)

espaço privado da vida doméstica, cada vez mais confinada à habitação e à família nuclear restrita⁹ (Cf. Hunter 1990). De facto, já no século XVIII vemos aparecer um novo tipo de habitação construída em função da família, reservando cada vez mais espaço e importância às divisões destinadas à salvaguarda da personalidade própria de cada um dos membros e à intimidade doméstica do convívio entre os esposos e os filhos, restringindo-se as dimensões do salão e do pátio em favor da segmentação dos quartos e da sua localização, ao abrigo dos olhares de estranhos.

As funções do cidadão, simultaneamente empenhado na vida pública e na gestão da propriedade privada, asseguradas de maneira polifuncional nos espaços comuns das sociedades, dos salões e dos cafés, vividas de modo ambivalente no convívio colectivo, tornam-se cada vez mais segmentadas numa teia complexa de espaços separados em função de interesses e de projectos diferenciados (BREWER 1997: 34). Este conceito de esfera pública, segundo a perspectiva que estamos a tratar, pode compreender-se como um processo lento, mas regular, de mediação entre as práticas sociais e a estrutura do poder. O alargamento da esfera dos direitos de participação na organização pública da sociedade é resultado de um processo de mudanças sociais: quer das alterações da estrutura do poder, quer da expressão das diferentes exigências dos indivíduos e dos grupos sociais. A esfera pública é, assim, o espaço social onde se formula a mediação entre a sociedade e interesses individuais e privados (Cf. HUNTER 1990:34-35).

⁹ É neste sentido que Paul Hunter afirma:

“The novel’s willingness – indeed, incessant need – to invade traditional areas of privacy (the bedroom, the bathroom, the private coset) and explore matters traditionally considered too personal to be shared leads to an entirely new understanding of the relationship between public and private, a moving beyond, even, the ordinary reaches of personal conversation and private discourse.” (HUNTER 1990: 37)

O público, afirma John Brewer, torna-se uma instância de decisão e de legitimidade, um autêntico sujeito de discurso, na medida em que se arroga o direito e o dever de informar e de ser informado, situando para isso a sua legitimidade sob o modo do «saber», em oposição à modalidade da legitimidade do soberano, o modo do «querer». A opinião pública aparece, assim, como a instância do saber, dos factos, da honestidade, da razão, em luta contra o querer, associado à corrupção, ao obscurantismo despótico do soberano. É neste contexto que surge a reivindicação da transparência dos actos do poder perante o julgamento da opinião pública (BREWER 1997:).

No entanto, o que estrutura a esfera pública é a sua função de representação, sendo que no homem essa função atinge o seu ponto mais alto e visível. A figuração dessa função representativa é também a cidade, figuração ao mesmo tempo espacial e ritual que gera o espaço e o ritmo da visibilidade do público e a inscreve socialmente. À liberdade dos cidadãos, visível aos olhos de todos na esfera pública, correspondem assim antiteticamente as relações de dominação e de propriedade sobre as mulheres, na esfera privada.

Assim, diz Carol Gardner (1994: 336), o sítio por excelência considerado público é a cidade urbana, onde o trabalho (do homem) é remunerado, enquanto que o espaço privado é a casa, onde o trabalho (da mulher) não é remunerado. Desta forma se define a dicotomia entre espaço público e espaço privado, espaços nos quais são esperados comportamentos distintos e pessoas diferentes. De facto, há uma longa tradição que vê a esfera privada como o domínio do feminino e a esfera pública como o domínio do masculino, ou seja, o homem é definido em termos políticos, enquanto que a

mulher é definida em termos domésticos. Trata-se de uma dualidade que todos nós temos presente, já que todos transportamos no nosso subconsciente um complexo de conotações e memórias da própria cultura. Todas as formas de organização social são, por isso, moldadas de acordo com as particularidades do espaço. Como afirma Friedland, “Even the physical reorientation of space in private homes meant that space became defined as either intimate and private or public and formal”.(FRIEDLAND 1994: 9)

Partindo da interpretação dos elementos essenciais da configuração do espaço, tentarei analisar algumas realidades tendo em conta o aspecto do espaço no contexto de algumas obras de Eliza Haywood que relegam as personagens masculinas para uma posição secundária. A minha perspectiva não será a de um historiador ou sociólogo, mas participa destes diferentes domínios. A partir das reflexões de alguns teóricos, pretendo examinar a forma como os elementos do imaginário feminino orientam a subversão do espaço privado em direcção ao espaço público.

A distinção dos espaços públicos e privados foi desde cedo a maneira mais fácil de se explicar a ordem patriarcal da sociedade. Não é segredo que o espaço produz efeito sobre o comportamento dos indivíduos. Pode, por isso, afirmar-se que o homem e a mulher ocupam e são afectados não só por espaços físicos divergentes – o corpo – e pela posição social, mas também exibem formações psicológicas distintas – espaço subjectivo. Estas divergências definem o homem e a mulher como espaço. “Mulher” conota um espaço que é penetrável, passivo e submisso; “Homem” deriva de uma representação de espaço que se assume ser expansivo, rígido e intrusivo. Esta

estruturação da sociedade dá, por isso, uma especificidade interpretativa aos espaços. Assim, o espaço pode ser conotado como feminino ou masculino, sendo esta conotação, muitas vezes, responsável pela construção e entendimento do sexo. Massey sustenta, neste sentido, que o espaço não só reflecte como também afecta a maneira como nós vemos o género. O autor sublinha ainda a importância do espaço na construção das relações do feminino e do masculino e na luta para modificar essas mesmas relações (MASSEY 1994: 179).

Efectivamente, o espaço feminino é feito de séculos de subordinação à ordem patriarcal, que reduziu a mulher a uma figura em grande parte passiva e marginal. Teoricamente, afirma Gillian Skinner, o estatuto legal da mulher solteira no século XVIII era o mesmo do homem. A posição legal da mulher dependia invariavelmente do facto de ser solteira (*feme sole*) ou casada (*feme covert*). Sendo a mulher solteira, diz a autora, usufrui da maior parte dos direitos e responsabilidades dos homens: possui riqueza, cuja utilização depende dela, pode fazer contratos, processar e ser responsabilizada. O homem torna, contudo, essa situação difícil para o sexo feminino, principalmente na esfera pública (SKINNER 2000: 91).

Por outro lado, refere a autora, a mulher casada não possui quaisquer direitos, já que não tem identidade legal separada da do marido¹⁰. Assim, diz Skinner, após o casamento, toda a riqueza e propriedade da mulher passam a ser da responsabilidade do marido, não tendo a mulher qualquer poder legal sobre os filhos nem podendo sair de casa sem a autorização do marido (se o

¹⁰ William Blackstone afirma, “By marriage the husband and wife are one person in law: that is, the very being or legal existence of the woman is suspended during the marriage, or at least is incorporated and consolidated into that of the husband: under whose wing, protection, and cover, she performs every thing; and is therefore called in our law-french a *feme covert*”. (Apud SKINNER 2000: 92)

fizesse poderia ser castigada e obrigada a regressar) (SKINNER 2000. 92). Skinner conclui, por isso, que o estatuto legal da mulher no século XVIII é de importância crucial para o entendimento do desenvolvimento das ideologias do período, principalmente porque nos chama a atenção para as dificuldades práticas que a mulher tem de enfrentar, não só em espaços públicos, como também no espaço privado. Doreen Massey destaca, a este propósito, a “limitação da mobilidade da mulher”, que em termos de espaço e até de identidade tem sido um meio crucial de subordinação. Assim, e como revela a autora, a limitação da mobilidade geográfica e a limitação da identidade estão relacionadas (MASSEY 1994: 179).

Um dos aspectos mais evidentes dessa limitação espacial está relacionado com a distinção entre o que é público e o que é privado. A tentativa de limitar a mulher à esfera doméstica é um meio de controlo espacial e, simultaneamente, um controlo de identidade.

The role(s) of women became increasingly more circumscribed, ideologically if not practically, as social theories began to move toward the doctrine of separate spheres and the idea of domesticated and private femininity that would be firmly in place by the nineteenth century. (SAXTON 2000:5)

Privadas de uma existência significativa no mundo público, onde o homem pode adquirir identidade e tornar-se um cidadão, afirma John Richetti, a mulher torna-se num enigma cuja essência fica por decifrar (RICHETTI 1999: 199). Afirma ainda o autor que, privadas do trabalho e sem oportunidades na vida social pública, as mulheres são forçadas a uma auto-definição exclusivamente do foro privado e em termos psico-sexuais, explorando, por isso, o mais que podem, o prazer e o poder da sedução e a manipulação do

seu estatuto de objectos de desejo. Como entidades materializadas ao olhar do homem, só resta às mulheres tirar o máximo de partido desta situação, parodiando o poder exímio do homem (RICHETTI 1999: 207). A mulher tem, por isso, de procurar criar uma consciência espacial de estratégia para competir contra o controlo do espaço já estruturado. Como refere Soja, “It becomes even more urgent that all progressive social forces – feminism (...) – become consciously and explicitly spatial movements as well.” (SOJA 1999: 173)

É importante referir que ao longo de todo o século XVIII se assiste ao receio crescente de que a luxúria estivesse a enfraquecer a moral feminina. O espaço público não é, desta forma, aconselhado às mulheres, principalmente por causa da sua reputação. Os manuais de conduta da época são utilizados como forma de controlo espacial de modo a advertir as mulheres para o perigo do espaço público. Como afirma Nancy Armstrong,

The Conduct books always use women who pursue amusement as examples to demonstrate why women lacking the conduct-books virtues do not make desirable wives. Such women are regularly seen in the ballroom or at the card-table, at the opera or in the theatre, among the numberless devotees of dissipation and fashion. That, in a word, is their crime: these women either want to be on display or simply allow themselves to be “seen”. (ARMSTRONG 1989: 77)

A utilização dos manuais de conduta é cada vez mais apreciada no século XVIII uma vez que estes, como diz Nancy Armstrong, viam o mundo doméstico ideal como realizável (ARMSTRONG 1989:94). O seu objectivo era, assim, limitar a presença da mulher em território público, só podendo ser incluída na esfera pública pelas normas ditadas pelos homens.

By the end of the eighteenth century, conduct books had settled on one kind of fiction as truly safe for young women to read. This was a nonaristocratic kind of writing that was both polite and particularly suitable for female readership. (ARMSTRONG 1989: 97)

The conduct books detached the household from the larger political order and made it a world of its own, a world where status distinctions were suspended. (ARMSTRONG 1989: 111)

Este processo cria, assim, um domínio privado da cultura que se torna não só independente do mundo político como também, supostamente, ideal para a realização de uma nova identidade livre dos preconceitos da antiga sociedade aristocrática. Contudo, uma análise atenta dos manuais de conduta demonstra que estes apenas aparentemente corroboram a ideia da perpetuação das esferas pública e privadas. O manual, dedicado especificamente ao mundo feminino, articula a linguagem de tal forma que, rapidamente, gera novas ferramentas que levam o público feminino a repensar as relações político-sociais no mundo. Haywood, por exemplo, através do seu periódico *Female Spectator* (pretensamente um manual de conduta) articula dois mundos, enquanto que aparentemente representa apenas um. A autora dirige-se, por isso, também ao público leitor masculino (esfera pública), muito embora o manual seja especificamente para as mulheres (esfera privada).

Ao dar uma nova prioridade à construção espacial do papel feminino na sociedade, Haywood pretende reformular as condições do comportamento das mulheres, constantemente marginalizadas da esfera pública. Assim, adaptando para o uso feminino aspectos discursivos da tradição masculina, a autora pretende afirmar e justificar uma visão mais inclusiva da sociedade, confrontando a sociedade com problemas ignorados pela tradição económica

masculina. Toda a obra de Haywood se deixa infiltrar necessariamente por esta relação entre um mundo social externo opressivo e o espaço interior potencialmente libertador. Assim, transformando profundamente a visão tradicional da diferença entre os sexos, a autora cria espaços de interação social através das suas obras. Vejamos um exemplo concreto: *Love in Excess* e *The History of Miss Betsy Thoughtless* iniciam com a temática da ambição e reputação, o que é eminentemente público e pertencente à esfera masculina, mas finalizam com o tema do casamento, que é privado e culturalmente feminino.

... a woman who had broke through all the rules of virtue, modesty, and even decency for the gratification of her wild desires, might, when denied that gratification, be capable of taking such steps as might not only expose her character but with it so much of his... (BT: 368)¹¹

... as reputation in you once lost, is never to be retrieved. (BT: 232)

É entre estes dois espaços que Haywood confronta o público leitor com as convenções sociais opressoras que silenciam o desejo feminino de mudança. Ao justificar toda e qualquer acção de revolta contra o silêncio imposto, a autora expande o seu referencial espacial para incluir todos os fenómenos do mundo subjectivo feminino. Esta é, no fundo, uma estratégia emancipadora para a época¹².

A dicotomia que caracteriza esta relação público-privado é baseada na desigualdade entre os géneros. Em regra, a personagem feminina era fiel à

¹¹ Doravante esta obra de Eliza Haywood, *The History of Miss Betsy Thoughtless*, será referida pela abreviatura BT, seguida da página. A edição utilizada é a publicada pela Broadview Literary Texts (Canada: 1998).

¹² Oakleaf afirma neste sentido, “She strikingly crafts a public space for subjectivity, especially for the desiring female subject.” (OAKLEAF 2000: 12).

imagem criada pela sociedade patriarcal e nem uma escritora como Jane Austen se libertara desse jugo. A noção ideológica masculina funcionou desde sempre de modo a legitimar o domínio de classe. O destino da mulher nos livros (assim como na vida real) estava predeterminado, com casamento e futuro “feliz” de dona-de-casa e mãe de família. Este fim é, contudo, apenas sugerido, pois após a descrição do noivado/casamento, não havendo outros objectivos por que a heroína devesse lutar, a acção do romance era, normalmente, suspensa. O final do romance marcava, assim, a finalidade principal da existência feminina.

A mulher, estando associada a espaços fechados, enfrentando, muitas vezes, ambientes hostis, ocupa um espaço social cuja lógica é estruturada de modo a reflectir uma posição de sujeição. É neste sentido que Kirby afirma: “In a hostile environment, the self feels out of place, which leads to a dissociation of self from that place, and a sense of the wrongness of the self itself, in the first place”(KIRBY 1996: 101). O estatuto da mulher, diz M. Dauntou, depende do seu marido; o poder de decisão está do lado do homem, que escolhe a sua mulher de acordo com a sua situação económica (DAUNTON 1997: 397).

Numa divisão do mundo em duas esferas, Haywood cria, assim, uma autoridade narrativa que lhe permite ter eficácia pública, muito embora os assuntos sejam do foro privado. Não obstante, a crítica não é tanto relativamente às linhas que separam o público do privado, mas àquilo a que elas conduzem. A concepção masculina da esfera pública remete as mulheres para um lugar de intimidade e isolamento, erguendo novas barreiras à sua participação dentro das estruturas políticas formais e circunscrevendo as

mulheres para o domínio privado, legitimando, assim, a sua opressão e exploração. Mesmo reconhecendo distinções entre o sistema e o mundo da vida pública e privada, Eliza Haywood luta contra as noções de “homem público” e de “mulher privada”.

A mulher sabe que esse espaço público lhe é negado porque todos os dias é confrontada com a obrigatoriedade da casa e do mundo doméstico. Segundo Nancy Armstrong, as categorias gerais do domínio doméstico são estabelecidas e construídas no feminino, e é assim que: “the female character and that of the home became one” (ARMSTRONG 1989: 83). No entanto, diz Armstrong, é no espaço doméstico que a mulher adquire mais poder: “The household ceased to display the value of the man’s income and instead took on the innermost human qualities of the woman who regulated the domestic economy.” (ARMSTRONG 1989: 86)

A crítica implícita de Eliza Haywood à ideologia doméstica está expressa na ansiedade feminina do exercício moral da autoridade. Haywood não discute esta autoridade directamente, mas representa-a numa narrativa pretensamente doméstica, usando para tal a esfera privada como instrumento de reflexão. É neste sentido que Jane Spencer afirma que “...women writers of the sentimental novel were not narrowly domestic or didactic, but used the form as an instrument of wideranging social reflection.” (SPENCER 2002: 232)

O que interessa analisar aqui são as opções que Haywood oferece à mulher que se submeteu durante tanto tempo ao espaço que lhe foi designado pelos outros. A autora usa o espaço doméstico como um ponto de partida para formular novas práticas de intervenção e uma nova ordem social. As suas

personagens femininas projectam as suas percepções de espaço para modificar o espaço que elas percebem.

O mito da destruição da inocência feminina por um mundo aristocrático de corrupção masculina é uma preocupação do século XVIII. Haywood aproveita esta preocupação para, de diversas perspectivas, retratar o mundo feminino e as suas relações amorosas que culminarão, ou não, num casamento.

A análise da obra *Love in Excess*, assim como de *The History of Miss Betsy Thoughtless* revela-nos a capacidade da autora de evocar um mundo ficcional cujos habitantes não são apenas pessoas reais, mas representam também as preocupações do mundo doméstico, capazes de provocar a fantasia pessoal e a projecção desse espaço subjectivo para o mundo real e político. É também nesse sentido que deverá ser lido o comentário de John Richetti:

[...] her real effectiveness as a writer of demonstrably popular fiction lay in her ability to provoke erotic fantasy within the mythology of persecuted female virtue; [...] Her 'technique' is to evoke a female ethos to which her reader's response is a moral-emotional sympathetic vibration rather than a self-conscious and deliberate assent to moral ideas (RICHETTI 1969: 182).

Afirma John Richetti que, dado o seu grande sucesso, *Love in Excess* é presumivelmente o exemplo mais efectivo deste método. Os vários estereótipos masculinos e femininos de crónicas de escândalo estão todos aqui presentes, embora ligeiramente modificados e mais complexos, de forma a ser possível visualizar-se mais obstáculos e conflitos amorosos (RICHETTI 1969: 183).

Na opinião de Saxton, ao estabelecer uma relação social entre leitor e autor, em vez de assumir que a mulher não tem qualquer desejo sexual, Haywood cria um espaço activo, ainda que perigoso, para o apetite feminino (Saxton 2000: 4). Na literatura de Haywood podemos ver que as heroínas emergem de um mundo idealizado (onde a mulher é vulnerável e inocente) para se tornarem intensamente emocionais e sexuais, no sentido em que encarnam uma humanidade universal. Contudo, a paixão individual é necessariamente esmagada pela necessidade doméstica de um casamento ou pela ordem social. Por isso, a “irrealidade” deliberada dos romances de Haywood passa muito pelas oportunidades oferecidas ao leitor no sentido de exprimir a sua fantasia erótica e romântica, ao mesmo tempo que oferece um olhar atento e crítico ao contexto social de domínio masculino.

O casamento é, provavelmente, a maior preocupação de Haywood quando se fala na esfera privada/pública. Devido à sua presumível inferioridade sexual e intelectual, o papel da mulher no século XVIII cinge-se essencialmente ao de esposa e de mãe, sendo o marido o chefe da família, senhor da mulher e dos seus filhos. Independentemente das suas origens sociais, a partir do momento em que a mulher nasce de um casamento legítimo, passa a ser definida pela sua relação com um homem. O pai, e depois, o marido são legalmente responsáveis por ela, devendo-lhes ela honra e obediência. Além disso, a mulher é economicamente dependente do homem, quer do pai, que a sustenta até ela casar, quer do marido. Aquando do casamento, o marido espera receber um dote monetário da mulher com quem irá casar, contributo esse que será decisivo para o estabelecimento do novo lar. A partir desse momento o marido é responsável pelo seu bem-estar. É importante realçar que

os contratos de casamento são considerados os negócios mais importantes que uma família tem de resolver. Como refere Georges Duby,

Uma filha levava da sua família dinheiro e recursos que tinham de comprar o seu bem-estar futuro e, idealmente através da nova aliança, elevar a posição social dos seus parentes. A dependência de uma mulher era uma questão minuciosamente negociada. (DUBY 1991: 25)

Por isso dificilmente se concebe que uma mulher não seja casada e tenha filhos. O seu papel de procriadora é inseparável do estatuto de servidão doméstica. A este propósito, comenta Nancy Armstrong, "...the peculiar combination of invisibility and vigilance personified in the domestic woman came to represent the principle of domestic economy itself." (ARMSTRONG 1989: 81)

De facto, no século XVIII o casamento implica invariavelmente para a mulher a transferência de uma família (aquela em que nasceu) para outra (aquela que vai constituir, juntamente, com o marido), como diz Ruth Perry: "...the biologically given family into which one was born was gradually becoming secondary to the chosen family constructed by marriage" (PERRY 2000: 111).

Gradualmente, todo o sistema de heranças, diz a autora, vai sofrendo mutações, e em vez de se beneficiar os laços familiares, no século XVIII, a distribuição de riqueza é feita em prol de uniões matrimoniais. A posição da mulher sai claramente enfraquecida desta transacção (PERRY 2000: 113). Perry explica:

Under provisions in ecclesiastical law, for example, a family's land descended to daughters in the event that there were no sons; England had always had large landowners who were women. But in the late seventeenth and early eighteenth centuries, a number of provisions in common law limited women's inheritance of land and series of statutes in ecclesiastical law reduced women's rights to their husbands'... (PERRY 2000: 119)

Com efeito, o excerto remete para a concentração da riqueza no lado masculino; mesmo que a mulher tivesse acumulado riqueza, nunca poderia usufruir inteiramente dela (PERRY 2000: 127). Betsy, em *The History of Miss Betsy Thoughtless*, é um bom exemplo desta realidade. Possuidora de riqueza herdada do pai, após o casamento não pode tirar partido desse dinheiro, uma vez que este passa a pertencer ao seu marido.

Assim, e segundo Nancy Armstrong, o casamento ideal do século XVII e XVIII deve de ter as seguintes características:

Husband	Wife
Get goods	Gather them together and save them
Travel, seek a living	Keep the house
Get Money and provisions	Do not vainly spend it
Deal with many men	Talk with few
Be "entertaining"	Be solitary and withdrawn
Be skillful in talk	Boast of silence
Be a giver	Be a saver
Apparel yourself as you may	Apparel yourself as it becomes you
Dispatch all things outdoors	Oversee and give order within

(ARMSTRONG 1989: 110)

O ideal doméstico aqui citado pretende estabelecer um espaço alternativo – mas real – ao poder político, sendo a família representada como um microcosmos no qual o Estado não pode interferir. Haywood, todavia, coloca esta noção em causa quando nos descreve o casamento de Betsy com Munden.

Subscrevendo a ideia de Gillian Skinner (2000: 96), podemos afirmar que a literatura, principalmente a ficção, foi, no século XVIII, o espaço ideal para a produção de um ideal doméstico – o do casamento; muitos dos romances setecentistas¹³ exprimem a consciência das dificuldades que a mulher enfrenta no matrimónio. Algumas obras da época revelam-nos, através da descrição de certas experiências de casamentos e das suas consequências sociais, económicas, emocionais e pessoais, a forma como muitos autores percebem o mundo e o espaço do casamento. Gillian Skinner realça, contudo, que nenhum autor foi tão longe como Eliza Haywood em *The History of Miss Betsy Thoughtless* (1751), principalmente em questões políticas e económicas ligadas ao casamento (SKINNER 2000: 96). Devemos por isso atentar no romance e tentar seguir o olhar crítico de Haywood.

Aquando do casamento, Betsy, a todo o custo, segue todos os preceitos ideais à vida doméstica: é obediente, evita sair, cuida da casa, poupando o mais que pode, mas, apesar de todo o seu esforço, a vida conjugal não resulta. O enlace matrimonial havia sido feito apenas para salvaguardar a reputação de Betsy e não porque havia amor.

¹³ A título de exemplo recordemos *Pamela*, de Richardson (1741), *Amélia*, de Henry Fielding (1751), *The Countess of Dellwyn*, de Sarah Fielding (1759), *The Memoirs of Miss Sidney Bidulph*, de Frances Sheridan (1762), entre outros.

He considered, that the honour of a family depended greatly on the female part of it [reputation], and therefore resolved to omit nothing in his power, to prevent Miss Betsy from being caught by any snares, that might be laid to entrap her innocence. [...] they both agreed, that marriage was the only sure refuge from temptation, for a young woman of Miss Betsy's disposition and humour. (BT: 337)

De facto, um dos temas que Haywood mais foca no seu periódico *The Female Spectator* é o casamento, configurando-se, do seu ponto de vista, como uma das preocupações humanas mais importantes:

Marriage, since there is no one Thing, on which the Happiness of Mankind so much depends; it is indeed the Fountain-Head of all the Comfort we can enjoy ourselves, and of those we transmit to our Posterity. - It is the Band which unites not only two Persons, but whole Families in one common inseparable Interest. (FS: 25)¹⁴

Neste excerto é evidente que a autora está ciente da relação entre o interesse individual e colectivo que o próprio casamento confere. Este é não só uma instituição social como também um acordo pessoal. Note-se que a reputação feminina pode colocar em causa a harmonia do seio familiar, principalmente por se repercutir no seio da comunidade, sendo, por isso, um problema não só da esfera privada, mas também da pública.

Preocupando-se com múltiplas questões relacionadas com o casamento, Haywood critica a arbitrariedade dos casamentos não fundados num consentimento mútuo, expondo as consequências que advêm de um casamento forçado:

¹⁴ Doravante esta obra de Eliza Haywood, *Selections from the female Spectator*, será referida pela abreviatura FS, seguida da página. A edição utilizada é a publicada pela Oxford University Press (Oxford: 1999).

...she continues still a *Virgin Bride* while he, regardless of her Love or Grief, endeavours to lose in the Arms of other Women, the Discontent which forced Marriage has involved him in. (FS: 31)

Esta citação poderá ser interpretada como a tentativa, por parte de Haywood, de chamar a atenção dos seus contemporâneos para as limitações impostas ao elemento feminino na qualidade de esposa e mãe, consequentes de uma união matrimonial forçada. Neste contexto, Haywood dá-nos o exemplo de uma mulher que, como esposa subserviente ao homem, faz tudo por ele, mas nada recebe em troca:

(...) she does all in her Power to please him, yet he is dissatisfy'd with her behaviour, and it would be too meanly submissive in her to continue any Marks of Tenderness to a Person so altogether unworthy of them. (FS: 80)

Yet, notwithstanding this, when a Parent through Avarice, Caprice, or Partially, would force his Child to marry utterly against Inclination. I cannot think Disobedience a Crime, because we are not to obey our Parents in Things which are in themselves unlawful. (FS: 305 - meu sublinhado)

Neither *Euphrosine*, nor any one of you, shall ever be compelled by my Authority, as a Father, to give your Hands where your Hearts do not first lead the way. (...) It is sure a Pleasure which no words can paint. (FS: 40)

É de referir, contudo, que Haywood luta não pela abolição do sistema patriarcal, mas por uma espécie de contrato no qual a mulher e o homem entrem no matrimónio de mútuo acordo. Se o casamento for uma relação contratual, e se uma das partes sentir que o contrato foi violado, poderá desobedecer sem sofrer represálias. Assim, a ascensão de uma teoria de contrato governamental, no qual o monarca e o povo tenham de trabalhar em

conjunto pelo bem comum, torna-se o exemplo directo para a mulher seguir. O direito de se separar do marido após a traição¹⁵ realça a nova ideologia doméstica emergente. Até então a mulher tinha de se submeter ao marido totalmente. A este propósito Haywood refere: "(...) Marriage is a kind of Precipice, which, when once leap'd, there is no Possibility of reclimbing(...)" (FS: 97).

Inicialmente, Betsy partilha da mesma opinião da autora quando afirma que quer candidatos a marido, mas ainda não se quer casar. Betsy quer garantir a sua autonomia através da sua liberdade de escolha quanto ao seu futuro marido. A liberdade individual adquire uma autêntica dimensão social à medida que Betsy vai recusando candidatos com receio de tomar a decisão errada e de cair num precipício sem retorno. A clausura do casamento sufoca Betsy e a questão é, então, saber até que ponto vale a pena minar a sua liberdade e identidade em prol de um enclausuramento.

"I wonder", continued she, "what can make the generality of Women so fond of marrying? – It looks to me an infatuation. – Just as if it were not a greater pleasure to be courted, complimented, admired, and addressed by a number, than be confined to one, who from a slave becomes a master, and perhaps uses his authority in a manner disagreeable enough." (BT: 488 - Meu sublinhado)

Seguir os conselhos da sociedade mais conservadora é tornar-se escrava de um casamento, é perder poder. Como a narradora afirma, "... her spirit, yet unbroken, could not bear control." (BT: 173). Por isso, Betsy interroga-se sempre sobre a razão que leva uma mulher a subjugar-se num casamento, quando tem poder antes de este ser consumado:

¹⁵ Betsy sai de casa após ter sido traída pelo marido e há leis que a protegem.

"'Tis strange", said she to herself, " that a woman cannot indulge herself in the liberty of conversing freely with a man, without being perswaded by him to do every thing he would have her." [...] "People", cried she,"have naturally an inclination to do what they are most forbid. (BT: 121)

... that she did not want a husband; - that men were alike to her: - but added, that it seemed strange to her, that a young woman who had her fortune to make might not be allowed to her all the different proposals should be offered to her on that score. (BT: 127)

As the barometer, said she to herself, is governed by the weather, so is the man in love governed by the woman he admires: he is a meer machine, - acts nothing of himself, - has no will or power of his own, but is lifted up, or depressed, just as the chamber of his heart is in the humour. (BT: 101).

Durante o enamoramento, o pêndulo do poder encontra-se nas mãos da mulher; não admira, por isso, que Betsy queira prolongar essa situação durante mais tempo, muito embora, ingenuamente, considere ser possível que essa supremacia dure para sempre. Esta ilusão rapidamente acaba quando se vê forçada a casar com Munden. Isto acontece quando Betsy, numa das suas desventuras mais perigosas, é cortejada por um suposto barão, Sir Fedrick Finner. Ao ver que não consegue convencer Betsy a casar-se com ele, clandestinamente¹⁶ Sir Fedrick decide agir como um amante desesperado à espera da morte, e persuade Betsy a ir visitá-lo a sua casa, pois não lhe resta mais nada do que morrer.

"Indeed, Mrs Modely, I do not care to go," said Mis Betsy. "The sight is very terrible indeed, " cried the other, " but you need not stay two minutes, - if you but

¹⁶ *The History of Miss Betsy Thoughtless* foi publicada antes da lei "Marriage Act" de 1753, que obrigava a que o casamento fosse feito mediante testemunhas, por um padre autorizado e implicando também a existência de uma licença e do seu registo num livro oficial. Anteriormente a esta lei, um casamento podia ser realizado por qualquer pessoa e um contrato verbal era o suficiente para criar um laço matrimonial para a vida.

just step in and speak to him, I fancy it will be enough; - but lord he may be dead while we are talking, and if he should leave the world in this manner, I should not be able to live in my house, - and I have a lease of eleven years to come, - I should think I saw his ghost in every room; - so dear Miss Betsy, for my sake, if not for his, go with me; - I came in a hackney coach for haste, and it is still at the door. [...] "I could not live without you," rejoined he, "nor would die without leaving you as happy as it is my power to make you..." (BT 422-3).

Acedendo às súplicas de Sir Fedrick, Betsy é forçada a participar numa cerimónia de casamento, depois da qual é quase violada. Diz o agressor: "Your resistance is in vain," cried he, "you are my wife and as such I shall enjoy you: — no matter whether with your will or not." (BT: 425)

Betsy é salva porque os seus gritos são ouvidos por Mr. Trueworth que se encontra hospedado na mesma casa. Após este salvamento, os irmãos de Betsy reúnem-se com Trueworth para decidirem o que fazer para o castigar. Contudo, a lei não pode ser usada para punir o agressor uma vez que tal procedimento implicaria uma exposição pública de Betsy. A sua reputação tem de ser preservada a todo custo, mesmo que isso signifique libertar Sir Fedrick.

"The villain", said he [Mr. Francis], "is run away from his lodging, but questionless might easily be found out, and brought to justice; but the misfortune is, that in cases of this nature, the offended must suffer as well as the offender; - to punish him, must expose you, - injured to the most shocking degree, yet denied the satisfaction of revenge." (BT: 442)

Constata-se a pouca utilidade da lei na defesa da mulher; por isso, o casamento torna-se, para os seus irmãos e amigos, a única forma de controlar o temperamento de Betsy. Eles não acreditam no amor, mas na estabilidade e no respeito mútuo. São estes os motivos que levam Betsy a casar-se com Munden, já que, para os seus irmãos, Munden financeiramente tem crédito e

conseguirá salvar a reputação social da irmã. A partir do momento em que Betsy é persuadida a casar com Mr. Munden, o romance centra-se quase exclusivamente em questões relacionadas com o casamento.

Não obstante, a autora não se coíbe de criticar o casamento, uma vez que este não só tinha sido forçado, como também se verifica que Betsy casa com um homem adúltero, vingativo e mesquinho. Durante este curto casamento, Munden retira a Betsy o dinheiro mensal das suas compras, mata o seu esquilo, despede os seus empregados, critica-a quando ela se queixa do assédio do seu próprio patrão e comete adultério na sua própria casa com a amante do irmão de Betsy. Revoltada, Betsy afirma:

"When a husband", answered she, "is ignorant of the regard he ought to have for his wife, or forgets to put it in practice, he can expect neither affection nor obedience, unless the woman he has married happens to be an idiot. (BT: 510)

Lady Trusty fica muito surpreendida (mas não chocada) quando, depois de dois meses de casamento, Betsy e Munden têm problemas conjugais:

...you have been but two months married, and it is, methinks, by much too early for him to throw off the lover, and exert the husband; but since it is so, I would not have you, for your own sake, too much exert the wife. (BT: 503)

Betsy está infeliz neste casamento, mas vê-se obrigada a obedecer sem discussões, principalmente para evitar a sua exposição pública.

[...] how odd a figure a woman makes who lives apart from her husband: there is an absolute necessity for a reconciliation. (BT: 511)

[...] but because he considered that a quarrel between them on this score might occasion the affair to become public, and expose both himself and wife to the ridicule of as many as should hear it. (BT: 556)

Mas, se olharmos atentamente para o momento do romance em que Munden parece estar a ganhar controlo sobre Betsy, rapidamente se tornará claro que a consciência de Betsy da clausura do casamento faz com recuse que sobre ela exerçam toda e qualquer forma de exercício de poder, aceitando apenas conselhos e não ordens.

Muito embora tenha toda a razão em se sentir revoltada, aconselham-na a não revelar os seus sentimentos ao marido. Ela tem de deixar Munden recuperar, aceitar tal recuperação e prosseguir, obediente, a sua vida conjugal. Contudo, depois de todas as tentativas de reconciliação, Betsy decide desistir do casamento, afirmando:

"Neither divine, nor human laws", said she, "nor any of those obligations by which I have hitherto looked upon myself as bound, can now compel me any longer to endure the cold neglects, the insults, the tyranny, of this most ungrateful, - the most perfidious man. - I have discharged the duties of my station; I have fully proved I know how to be a good wife..." (BT: 590)

Não querendo tomar uma decisão precipitada, Betsy pede opinião aos seus irmãos e amigos (591). Os conselhos ainda têm valor e a opinião pública ainda é importante; mas quando Betsy decide separar-se do marido, os seus amigos e família apoiam-na de forma inesperada. Haywood usa, assim, o seu poder autoral, eliminando do seu romance as palavras que a sociedade tradicionalmente proferiria em situações como esta, substituindo-as por um

discurso cujo conteúdo não reconhece a obediência e submissão feminina a um marido não merecedor:

... her brother had received her in the most affectionate manner. – had approved her conduct in regard to her unfaithful husband, - and assured her of the continuance of his friendship and protection, and before she could request it of him, invited her, and such of her servants as she chose should attend her, to remain in his house as long as she should fit. – He desired her to take upon her the sole command and management of his house and family, and assigned the best apartment for her particular use: - in fine, he omitted nothing that might convince her of a sincere welcome. (BT: 594-5)

É de notar que a autora é cuidadosa na apresentação deste discurso, de modo a que o leitor também sinta que a atitude de Betsy tem justificação. Haywood quer garantir a aceitação total, por parte do leitor, das atitudes de Betsy. O seu poder de resistência reside, por isso, na sua linguagem, principalmente se tivermos em conta as palavras do advogado de Betsy na tentativa de persuadir Mr. Munden a conceder o divórcio (dificultá-lo só iria fazer com que o caso se tornasse público): “ “When the affairs of a family are laid open, and every dispute between the husband and the wife exposed before a court of judicature, or even in a petition to a lord chancellor, the whole becomes a public talk ...”(BT: 598).

Embora arrependida do que havia perdido, e mesmo após a traição do marido, Betsy decide ficar com ele ao saber da sua doença. Na impossibilidade de encarar uma independência irreal, Betsy reconhece que a sua decisão em sair de casa não é aceitável para a sociedade, e não lhe traria vantagens nenhuma, dado que, sendo casada, muito dificilmente conseguiria encetar

outro relacionamento. As atitudes de Betsy gradualmente sofrem pequenas mudanças. Neste sentido, Christine Blouch destaca:

Betsy's slow metamorphosis from thoughtless coquette to thoughtful wife constitutes considerably more than a fictional forerunner of the domestic novel; it is, if one concedes the arbitrary designation of genres, the first real novel of female development in English. (BLOUCH 1998: 16)

A doença e morte do marido não dão espaço para Betsy levar a cabo a sua revolta justificada. A viuvez da protagonista, associada ao seu exílio para o campo, reflectem de novo a conformidade de Betsy aos preceitos patriarcais. Com a morte de Munden, fica eliminada a última barreira resultante de uma convenção social que podia impedir o amor e o casamento de Betsy com Mr. Truworth: estes podem ser finalmente felizes, graças à intervenção divina. Mesmo sendo este final feliz muito convencional, afirma Gillian Skinner, o casamento com Truworth acarreta consigo decisões legais económicas, e uma espécie de contrato que assegura a devida independência de Betsy (SKINNER 2000: 99).

Truworth presented Mrs. Munden with the parchment he had received from the lawyer, - "what is this?" demanded she:- "Take it, take it," cried Sir Ralph, "it is no less than the settlement of eight hundred pounds a year to you, in case of accidents." (BT: 634)

Haywood garante, desta forma, que o romance seja lido como um manual de conduta, tendo como exemplo uma personagem que aprende e que sofre uma reforma moral; mas assegura-se também de que o romance seja capaz de subverter o poder patriarcal, quebrando-o e mostrando alternativas.

Um mau casamento e como evitá-lo, assim como negociar um, constituem os temas principais da ficção de Haywood; no fundo, trata-se da descoberta, por parte das protagonistas, da verdade sobre o casamento e sobre o amor. Betsy critica o casamento, mas isso não significa a rejeição completa do ambiente matrimonial, mas o respeito por uma certa individualidade que marca a consciência da falta de espaço na liberdade de escolha.

Como se pode constatar, para Haywood o mundo doméstico constitui-se também como um espaço público menos frágil, mas onde as diferenças têm de ser geridas pelas nossas próprias decisões. O acaso faz com que tudo acabe bem, mas este romance não deixa de ser um microcosmos dos conflitos domésticos emergentes na sociedade do século XVIII: as ideologias patriarcais, o conceito de casamento e os manuais de conduta *versus* a realidade comum.

Haywood assume esta posição com o objectivo de denunciar imagens falsas, recusando-se a aceitar a sorte que cabe às mulheres. A tentativa de assumir uma voz vai custar um preço bastante elevado a muitas destas suas novas personagens femininas, mas também revela que é preciso unir várias vozes, primeiro individuais e depois colectivas, para pôr em questão a mística feminina e se criar, em vez dela, a imagem de um ser autónomo com direito a um espaço público. Convicta da ideia de igualdade de oportunidades e de cidadania, Haywood sabe que o espaço público artístico e cultural é o lugar privilegiado de difusão da verdade, enquanto forma de crescimento e de libertação do Homem. O facto de tomar parte na vida pública não torna o indivíduo senhor de si próprio, mas dá-lhe uma voz igual à dos outros para que com eles decida como é que as condições sociais básicas devem ser organizadas.

Em *The History of Miss Betsy Thoughtless* constata-se que a esfera pública social e a esfera privada emocional interagem de uma forma constante, e cada área de experiência é dramatizada com o objectivo de construir uma identidade sócio-pessoal única para cada indivíduo. Comparada com as heroínas anteriores, Betsy é, sem dúvida, uma personagem tanto pública como privada, implicando assim a interacção entre a esfera social e a privada.

Haywood pretende criar um sentido de procura urgente de um *curriculum* direccionado especificamente para a criação de um espaço também feminino. No fundo, o casamento acaba por ser o exemplo, por excelência, de um espaço público e privado, convidativo à penetração humana, cuja função assume espaços intermédios entre o indivíduo, a sua identidade e a sociedade.

A autora acredita que a identidade individual depende, acima de tudo, das relações entre a humanidade e os espaços, implicando, por isso, a inseparabilidade entre o ser e a sociedade. É importante notar como as esferas pública e privada se inter-relacionam através de vários processos de unificação, deixando de haver, por isso, fronteiras fixas para a sua definição. É neste contexto que John Richetti afirma:

Fictional characters may be said to move through social spaces with vaguely defined borders, where the domestic and the public overlap [...] the novel as form of intensely privatized reading and reflection is an analogue to the public sphere's rational and unprejudiced exchange of views freed from a new sort of public. (RICHETTI 1999: 12-3)

Sem dúvida que o uso público da razão é agora instanciado nas capacidades de comunicar numa esfera pública socialmente diversa e

complexa. Mais do que um espaço apenas masculino, a esfera pública torna-se diferenciada por identidades culturais e papéis sociais em que os participantes não são apenas “pessoas privadas” no sentido abstracto, mas pessoas particulares com vários papéis sociais e institucionais.

Haywood reconhece que é na esfera pública que se discutem experiências e situações da vida, estando em jogo as diferentes visões do mundo. Isto sucede porque as experiências do sujeito precisam de algum tipo de reconhecimento e é apenas na esfera pública que se é capaz de se fazer exigências com base na necessidade de se reverem velhas e tradicionais interpretações da lei e noções de justiça.

it is therefore the Business of all who would wish to think or act like rational Creatures, on the first Emotions of an inclination to favour any particular Person or Thing, to ask themselves the Question, Why they do so?- To examine nicely into the Merits of the Cause, and weigh them in the Scale of Reason. – How would then seems most ponderous often be found light as Air, and that which appears but of feathery Substance, prove of more Weight than Gold! Without this we never can be sure of forming a right Judgement, or capable of acting with even common Justice. (FS: 281)

A autora sabe que é pelo processo da luta, de levar os outros à discussão na arena pública, que se pode proteger os interesses privados dos cidadãos portadores de direitos legais. Desta forma, Haywood faz a ponte entre o público e o privado. Mais do que um espaço, o casamento forma uma rede de dicotomização de experiências tanto privadas como públicas. É curioso, por isso, observar-se nestes romances o equilíbrio entre espaços fechados e abertos. Este facto é explicável porque estes são textos onde a análise social e psicológica é utilizada de forma a imprimir um carácter reformador à narrativa.

Haywood tem o objectivo de alargar a noção de esfera pública para permitir a participação das mulheres anteriormente excluídas, ou de definir esferas públicas múltiplas, alternativas para espaços que se afastam da esfera pública oficial. Mas mais do que uma expansão, esta inclusão cria também um espaço socialmente diferenciado. As mulheres participam nele como portadoras de diferentes interesses, identidades culturais e papéis sociais, mas o cerne da questão é que participam. Como refere Spencer,

However this does not mean that it necessarily exemplifies or advocates the separation of domestic and political concerns. Rather, it partakes of the ambiguous mingling of public and private. [...] The public sphere in this sense of the term is not public as opposed to private; it is rather the realm of civil as opposed to state power. (SPENCER 2002: 216)

Do ponto de vista da autora, há a necessidade de se reconhecer a nova dimensão pública da vida doméstica, fomentada acima de tudo pela nova cultura da imprensa (SPENCER 2002: 217). A literatura passa a exercer uma função de gestão da cultura tanto na esfera da vida privada como no espaço público; mas transforma também a relação entre aquela e este, bem como as representações que dele fazemos. Isto é de tal forma generalizado que se pode dizer que o espaço público, até então controlado pelos homens, é transformado num espaço mediático, onde as mulheres também têm um papel activo:

...women in their moral revision of the amatory tradition in the novel of love, courtship, and marriage (contradictory interwinings of freedom and necessity) dramatize in domestic and private travail the characteristic shape and the utopian possibilities of modern experience in the larger public and historical sphere. (RICHETTI 1999: 210)

Há vários graus de silêncio no espaço público feminino; no entanto, o que é notável, neste caso, é a posição de Haywood face a este problema. O modo como o discurso de Haywood é concebido é resultado da sua perspectiva crítica criada pela multiplicidade de interpretações consagradas ao termo 'público'. Como afirma Skinner,

It is important to reflect that in allowing 'public' to have multiple significance, it may be that women's exclusion from citizenship (which, during the eighteenth century, was complete), does not necessarily preclude their having a public life. (SKINNER 2000: 196)

Não se pode pensar na dicotomia público/privado apenas em função do seu estatuto social porque esta dimensão parcial do problema não responderia completamente ao questionamento que se coloca. A solução deste questionamento passa, sobretudo, por um redimensionamento do espaço público/privado e da própria sociedade, já que, segundo Haywood, a liberdade só pode ser exercida mediante a recuperação e reafirmação do mundo público/privado, o único que permite a identidade individual, através da palavra viva e da acção vivida, no contexto de uma comunidade social criativa e criadora.

Conclui-se, por isso, que a necessidade de se consolidar o espaço de relativa autonomia surge como a medida de resolução de problemas específicos e contribui para o estabelecimento do primado da liberdade de espaços sobre os interesses sectoriais.

3. O ESPAÇO EDUCATIVO E A LITERATURA NA CONQUISTA DO PODER

Como já foi referido em capítulos anteriores, nestas últimas décadas tem-se vindo a debater, cada vez mais, a ideia de que a explicação e definição de tudo o que existe no mundo depende do entendimento da noção de espaço, podendo a geografia humana ser dividida em diferentes espaços. Assim, o indivíduo existe em determinado espaço, com determinadas características físicas, sociais e políticas, que o fazem adaptar-se a essas mesmas coordenadas. Formam-se, por isso, realidades distintas e espaços diversos. Como indivíduos, o nosso poder depende do local onde nascemos e onde vivemos, por isso o espaço físico, social, cultural e psicológico faz com que cada um de nós habite um espaço próprio. Chega-se, portanto, à conclusão de que nem o poder, nem a linguagem, nem o conhecimento podem ser separados do espaço. Edward Hall escrevia, neste sentido, que a percepção do espaço é dinâmica porque esta está estreitamente vinculada à acção (HALL 1973: 181), ou seja, é mais relevante o que se pode fazer num determinado espaço do que o que se vê em estado de uma contemplação passiva. Agimos e definimos a nossa identidade em função do espaço e do lugar que ocupamos, ou melhor, do lugar que nos deixam ocupar, uma vez que a imagem espacial é influenciada pela classe social, pelas circunstâncias históricas, e também pelo sexo.

Como Soja, entre outros autores, aponta, a “fragmentação espacial”, assim como “a aparência de uma homogeneidade e coerência espaciais” (*Vide*

SOJA 1999: 126) são produtos de uma sociedade e, por isso, fazem parte também do poder político. Massey também afirma neste sentido: "(...) space is by its very nature full of power and symbolism, a complex web of relations of domination and subordination, of solidarity and co-operation"(MASSEY 1994: 265). Com efeito, o espaço é permeado por relações de poder, de domínio e de subordinação que canalizam a diferenciação espacial para diversas escalas. A nível simbólico é, sem dúvida, necessário repensar os conceitos de "espaço a haver", identificando novas formas de poder não só nas próprias construções discursivas, como também nos movimentos sociais. Há, por isso, cada vez mais a necessidade de se equacionar os conceitos de espaço e de poder.

Across the fragile boundaries space preserves, the subject can take a larger hand in reforming reality without having to suffer its submersive incursion.[...] Does changing the *space* of the subject, theoretically or psychologically, magically represent an intervention in social constructions of the real? (KIRBY 1996: 117)

A resposta de Foucault à pergunta de Kirby seria afirmativa. Na sua obra *Discipline and Punishment* (1977) o autor explora a noção de que o comportamento dos indivíduos se define em função do espaço que ocupam, ou seja, para um indivíduo alcançar controlo total, quer físico, quer mental, necessita de manipular as relações espaciais. Com Foucault, estamos perante um mundo social espacialmente construído através de relações de poder¹⁷, relações essas dinâmicas que fazem do espaço um agente da mudança.

Neste contexto da discussão acerca das relações de espaço, a escrita emerge como um espaço de relações de poder; por outras palavras, um

¹⁷ Uma outra obra deste autor que foca a relação do poder com o espaço é *Madness and Civilization* (1967), onde Foucault sublinha o facto de certas populações serem estigmatizadas e socialmente excluídas da sociedade dita "normal" por pertencerem a outro mundo, ao espaço da loucura.

espaço de luta decisiva e não apenas complementar. É neste sentido que Haywood realça a importância, para a mulher, da leitura e da literatura (FS: 199, 202-205), defendendo que a escrita cria novos espaços de acção colectiva.

Sabe-se que a mulher, no século XVIII, privada de determinados espaços sociais, é vítima de exclusão espacial através da subordinação ao mundo masculino. Muito embora ocupe o mesmo espaço físico que o elemento masculino, a mulher é considerada como complemento do homem, ajudando-o e obedecendo às suas ordens. Armstrong refere que sendo a mulher considerada, na época, um ser facilmente manipulável pela sua vaidade, riqueza e posição social, ela precisa de conselhos práticos para ser guiada (ARMSTRONG 1989: 59). É neste contexto de manipulação de espaços na sequência do poder masculino que surge o manual de conduta. Segundo a autora, o aparecimento deste manual didáctico deve ser entendido como uma tentativa de educar a sociedade, determinando que certos comportamentos tornam o ser humano mais perfeito e desejado. Os manuais de conduta, na sua grande maioria dirigidos às mulheres, oferecem conselhos práticos¹⁸ relativamente à leitura, ao modo de vestir, ao comportamento desejável; são, no fundo, instruções morais que pretendem regular e controlar a identidade virtuosa da mulher, enquanto filha, esposa e mãe. Os manuais de conduta procuram, acima de tudo, como diz Kathryn Sutherland, conceptualizar e interpretar o comportamento feminino como espelho do comportamento social em geral (SUTHERLAND 2000: 26).

¹⁸ Um bom exemplo, no século XVIII, do manual de conduta para o público feminino foi o livro de Hester Muslo Chapone *Letters on the Improvement of the Mind, Addressed to a Young Lady* (1773), que relata conselhos de uma tia à sua sobrinha de 15 anos relativamente às virtudes necessárias a uma menina

Estes livros tornam-se tão populares que, em meados do século XVIII, todos sabem como a mulher se deve comportar. No fundo, toda a literatura do século XVIII faz parte de um debate cultural da sociedade no sentido de promover a virtude e a moralidade sociais. De facto, diz Armstrong, no final deste século assiste-se não só à publicação de propostas para instituições dedicadas à educação de mulheres, como também ao desenvolvimento de programas elaborados para instruir a mulher em casa¹⁹ (ARMSTRONG 1989: 63). Esta tentativa de se institucionalizar o *curriculum* proposto pelos manuais de conduta representa um mundo com as suas próprias formas de relações sociais, fazendo com que a esfera pública e a privada cada vez mais se separem. Na opinião de Armstrong, ao dividir o mundo social tendo como base o sexo, este tipo de literatura produz uma ideia única de economia doméstica: a mulher deve ser modesta, humilde e honesta, dedicando-se exclusivamente à casa e à família. Estas virtudes passivas são, por isso, consideradas o antídoto para as fragilidades femininas (66): "...certain manifestations of aristocratic taste and learning were declared corrupt and opposed to the mental accomplishments of the good wife and mother. (ARMSTRONG 1989: 68).

Um dos mais famosos manuais de conduta desta época é o periódico *The Spectator* de Addison and Steele, que irá influenciar, quanto às suas concepções fundamentais e moldes de organização, o periódico *The Female Spectator* de Haywood. Contudo, se por um lado, o periódico da autora apresenta elementos de continuidade e poderá ser considerado, por essa

para se tornar numa boa esposa e mãe: "The principal virtues or vices of a woman must be of a private and domestic kind." (CHAPONE 1773: 5)

¹⁹ Erasmus Darwin, exemplo, escreve *A Plan for the Conduct of female Education in Boarding Schools* (1798) e Edgeworth escreve *Practical Education* (1801).

razão, um manual de conduta²⁰, por outro lado, apresenta, simultaneamente, sinais de ruptura, numa tela a que não faltam contrastes nem contradições. Assim, a herança masculina deixada por estes manuais de conduta vai sendo gradualmente reformulada pela escrita feminina. Haywood vai ser a primeira autora²¹ a explorar, através de um periódico, o paradoxo do século XVIII: a submissão à ideologia patriarcal *versus* o movimento agressivo de ascensão e emancipação social e educacional das jovens mulheres na sociedade. Numa cultura de submissão, a educação da mulher na Inglaterra do século XVIII limita-se às actividades referidas por Eliza Haywood no seu periódico *The Female Spectator*:

(...) in fine, she was train'd in the Ways young Ladies in *England* ordinarily are; her relations following the common Opinion, that to sing, dance, play on the Spinet, and work at her Needle, are Accomplishments sufficient for a Woman: *Wit* she had enough, but was never taught that to accustom herself to Reflection was necessary to ripen that *Wit* into *Wisdom*. (FS: 122)

A mulher é educada apenas para o ideal doméstico, sendo privada de uma participação activa no seio da sociedade e subjugada pelos homens²². As diferenças sexuais, diz Armstrong, parecem ter-se tornado mais importantes do que as diferenças económicas na definição do espaço de um indivíduo no mundo (ARMSTRONG 1989:74). Consciente do problema e preocupada em ampliar as opções educacionais das mulheres e em favorecer o seu acesso às

²⁰ Como um manual de conduta, o periódico de Eliza Haywood oferece conselhos práticos ao mundo feminino, de modo a regular o comportamento da mulher (FS: 89, 259).

²¹ Haywood foi a primeira se falarmos em periódico mas não a primeira a escrever sobre estes assuntos. Não nos podemos esquecer, neste contexto, de autoras como Batshua Makin, Aphra Behn e Delariviere Manley, entre outras.

²² Também Bathua Makin lutou pela educação da mulher. Makin é a autora de *An Essay to revive the Ancient Education of Gentlewoman* (1673), um dos primeiros programas sobre a educação de raparigas

letras, Haywood aponta a educação das mulheres como factor imprescindível ao desenvolvimento intelectual do sexo feminino. A autora defende, por isso, a necessidade de se educar as mulheres e de se lhes possibilitar o acesso à leitura e à escrita.

O periódico de Haywood representa, por isso, uma forma de resistência feminina inovadora, dado que autora realmente problematiza a noção de manual de conduta, afastando-se muito da pedagogia preconizada pelos seus contemporâneos. Muitos críticos de *The Female Spectator* põem de parte ou esquecem-se dos aspectos que hoje podem ser considerados na linha de uma perspectiva feminina da questão, e, muitas vezes, tomam-no como um mero periódico de cortesia que segue as tradições do seu antecessor *Spectator*. Todavia, Haywood reformula o currículo do manual de conduta, abrindo horizontes para incluir um espaço didáctico e político para a comunidade feminina. A autora está consciente da força que têm a educação e a escrita:

With this Experience, added to a Genius tolerably extensive, and an Education more liberal than is ordinarily allowed to Persons of my Sex, I flattered myself that it might be in my Power to be in some measure both useful and entertaining to the Public. (FS: 9)

Desde cedo que a literatura, vista como um meio privilegiado de educação, representa e promove a transformação da mulher no seio da cultura Britânica. Neste processo, a ordem social dominada pela esfera masculina, que exclui a mulher da vida social e frequentemente a renega pela lei, sofre uma profunda revisão. O novo mundo financeiro e social do idealismo tradicional masculino é substituído por paixões, fantasias e ansiedades ditas do foro

feminino. A partilha das angústias femininas através da escrita/linguagem é, por isso, o poder da autora. Como afirma Nancy Armstrong, “No social order can be said to exist without the invisible element of language” (ARMSTRONG 1989: 34). Através da palavra faz-se a revolução.

Por isso, a fim de tornar a instrução acessível a todas as mulheres Haywood incentiva, acima de tudo, a leitura (FE: 199), considerando também como primordial e urgente uma reforma geral do ensino e dos métodos pedagógicos. Haywood problematiza, assim, todo o espaço feminino, demonstrando, ao longo do seu “manual de conduta” *The Female Spectator*, que a mulher é um ser possuidor de consciência e conhecimentos que a deviam tornar um membro activo na sociedade. Assim, através do seu periódico, a autora pretende educar a sua audiência através da escrita, não no sentido didáctico, mas mostrando o que está mal na sociedade e tentando despertar nas mulheres o desejo de mudança.

Pensar a educação não apenas como um direito individual masculino, mas como um direito social colectivo, fundamentado numa concepção igualitária, permite pensar a educação como um espaço de justiça e de reflexão crítica, consciente e esclarecida, capaz de garantir o direito à participação de cada sujeito no processo político e na prática social. O valor dessa liberdade é definido pela garantia dada pela oportunidade equitativa de participação, como explica Haywood: “It is not by Choice that the People submitted to the Yoke of Servitude, but by the Force and Violence of the first Conquerors.” (FS: 202). É importante referir que este equacionamento da educação deve ser feito a partir de um redimensionamento da natureza valorativa da própria dimensão de

liberdade. Mas para isso é necessário que a liberdade possa ser legitimada numa perspectiva que ultrapasse o seu carácter de direito individual privado, e possa ser compreendida numa concepção mais alargada de função pública. A capacidade de redefinir a responsabilidade de cada sujeito na constituição da sociedade revela o sistema de valores e o quadro de relações sociais da experiência colectiva que está presente em qualquer processo social.

Mas isso não basta para redimensionar a questão porque mesmo que haja uma mudança de estatuto da liberdade, esta mudança só adquire uma validade racional justa se ela for pensada em termos de uma perspectiva alternativa masculina e feminina. Deste modo, a proposta de Haywood é de que em vez de se pensar a liberdade como um bem utilitário desigual, se pense nela como um bem primário básico, voltada para a reflexão da conduta humana e baseada na ideia de igualdade entre todos. Sendo assim, a educação é recolocada no espaço político como uma dimensão ética, a partir de uma concepção pública de justiça, na qual a igualdade de liberdade e de direitos entre os cidadãos é considerada como definitiva, pois cada um aceita conscientemente os mesmos princípios de justiça. É neste sentido que Haywood afirma:

(...) the various Events which the struggles for Liberty against arbitrary power have produc'd, and the wonderful Effects which the Heroism of particular Persons has obtained, both to curb Oppression in the Tyrant, and Sedition in the Subject, affords an ample Field for Contemplation... (FS:132)

Embora aparentemente aceite a subordinação aos homens e não procure a igualdade política, Haywood não deixa, contudo, de acreditar que cada pessoa, enquanto ser humano, tem as mesmas capacidades mentais,

distinguindo-se nessa medida dos animais. Neste sentido, a intenção de Haywood é: "[to endeavour] to improve the Minds and Manners of our unthinking Sex" (FS: 123). Importará aqui salientar a ambivalência do termo "*unthinking Sex*", pretensamente utilizado por uma leitora. Se, por um lado, me parece que a leitora está a criticar o sexo feminino (como o manual de conduta o faria), está também, por outro lado, a remeter para o facto de não ser dada à mulher sequer uma oportunidade para "pensar". Daí que, ironicamente, se afirme que os homens maltratam e desprezam as mulheres com razão: "No wonder the Men of Sense disregard us!" (FS:123). A leitora reflecte, deste modo, acerca da educação da mulher, que ela considera ser inadequada: "how highly ungenerous is it then to give us a wrong turn, and then, dispise us for it!" (FS, 123). Assim, no esforço de apresentação dos contornos mais imediatos da imagem da mulher, a leitora critica ferozmente o tipo de educação dada às mulheres:

(...) Would they convince them in their Infancy that Dress and Sew are not the essentials of a fine Lady, and that true Beauty is seated in the Mind ('O') Strange Infatuation! To refuse us what would so much contribute to their Felicity! - Would not themselves reap the Benefit of our Amendment? Should we not be more obedient Daughters, more faithful Wives, more tender Mothers, more sincere Friends, and more valuable in every other Station of Life? (FS:124)²³

No fundo, o que a leitora me parece querer transmitir é que não seriam apenas as mulheres a beneficiar da educação, mas também os homens. Mostrando-se plenamente de acordo com as ideias veiculadas pela leitora fictícia, Haywood preocupa-se em exemplificar em que medida isso sucederia:

(...) Even Persons of the highest Rank in Life will suffer greatly both in their Circumstances and Peace of Mind, when she, who ought to be the Mistress of the Family, lives in it like a Stranger, and perhaps knows no more of what those about her do than an Allien. (...) Methinks the Husband would be yet infinitely happier were she endued with other good Qualities as well as a perfect Understanding in Household Affairs. (FS: 125-26)

In a World, it is entirely owing to a narrow Education that we either give our Husbands room to find fault with our Conduct, or that we have leisure to pry too scrutinously into theirs. (FS: 133)

A crítica que aqui encontramos aponta para o facto de a mulher ter apenas acesso a conhecimentos reduzidos, o que, por conseguinte, a torna uma esposa menos capaz. Por esse motivo, a autora afirma que a vida familiar teria mais sucesso se a mulher tivesse acesso a uma educação melhor. Haywood propõe uma espécie de reforma constitucional, procurando para a mulher mais espaços de oportunidade. Dentro dos seus limites, a autora é severamente crítica relativamente a um sistema que nega a metade da população a educação que tornaria a sociedade visivelmente melhor. O seu objectivo é que a sociedade reconheça o papel da mulher para além do ideal convencionado pelos manuais de conduta. Haywood sabe que uma educação mais abrangente é um passo para a igualdade, embora ironicamente o contradiga:

O but, say they, Learning puts the Sexes too much on an Equality, it would destroy that implicit Obedience which it is necessary the Women should pay to our Commands: - If once they have the Capacity of arguing with us, where would be our Authority! (FS: 134-35)

²³ Não sabemos se a leitora realmente existiu. Uma das estratégias típicas dos periódicos desta época é a publicação de cartas pretensamente escritas por leitoras, mas na verdade forjadas pelos escritores, quer para sustentar a sua opinião em relação a determinado tema, quer para ridicularizar uma situação.

It may happen, indeed, that some might grow overbearing on such Advantages, for there are Tempers too turbulent for any Bounds to restrain but I will at the same time maintain, that they would have been still worse if kept in Ignorance that to be 50 was a Fault: - Nature will always be the same, and she who is prone to Pride and vanity will give Testimonies of it, even tho' she has no one Perfection either of Mind or Body to serve as a Pretence. (FS: 135)

Não é a educação que torna a mulher pior, afirma Haywood (FS: 129); muito pelo contrário, adquirir mais conhecimento confere ao espaço físico e social da mulher uma maior amplitude, e permite-lhe agir racionalmente quer no que respeita a questões familiares, quer a sociais.

Será importante notarmos a forma como a argumentação de Haywood se cinge ao espaço doméstico. Com efeito se a intenção da autora é dar à mulher a oportunidade de aceder à educação, então ela é “obrigada” a circunscrever-se, inicialmente, à esfera familiar socialmente aceite na época. Esta argumentação permite-lhe também atacar a concepção da domesticidade feminina, que tanta importância tem na época no âmbito da esfera privada, sem assumir uma postura claramente revolucionária:

The Ladies themselves, methinks, begin to seem sensible of the Injustice which has long been done them, and find a Vacuum in their Minds, which, to fill up, they, of their own accord, invented the way of sticking little Pictures on Cabinets, Screens, Dressing-Tables, and other little Pieces of Chamber-Furniture, and then varnishing them over so as to look like one Piece of Painting. (FS: 133)

Embora critique a educação dada às mulheres, Haywood não aspira a retirá-la da esfera doméstica. A mulher, com as funções de mãe de família que lhe são inerentes, cumprirá melhor o seu papel se lhe for facultada uma

educação mais abrangente e enriquecedora. Dito de outra maneira, trata-se de fundamentar um princípio de legitimidade que, com base no uso da razão, racionalize e, sobretudo, universalize o direito à educação de todos, no sentido da formação de uma estrutura de relações sociais baseada na transformação pública da esfera privada: "The World would infallibly be more happy than it is, were Women more knowing than they generally are"(FS: 129).

Para além disso, Haywood acredita não só que o conhecimento torna as mulheres melhores esposas e mães, como também que as torna mais capazes de terem controlo sobre si mesmas e sobre o seu ambiente. Estamos, então, perante uma mulher que luta pelo direito da mulher à educação, o que nos poderá levar a encarar Haywood como uma feminista. Contudo, a verdade é que, apesar de estar consciente dos limites impostos à mulher, as recomendações de Haywood passam apenas pelo incitamento às mulheres no sentido de adquirirem mais liberdade dentro das normas do sistema vigente. A liberdade que Haywood reivindica é a liberdade de pensamento: "Reflection, therefore, and Recollection are as necessary for the Mind as Food is for the Body." (FS: 60) Das suas palavras se depreende, pois, a sua preferência pela "reflexão", com todas as inerentes consequências para a educação. Haywood sabe que seria de grande utilidade o conhecimento das noções fundamentais da "Razão", e da "Liberdade de Pensamento" (FS: 59-61). Já que a mulher não pode participar na sociedade como membro activo, conseguir "liberdade de pensamento" é uma grande vitória, tornando-se, assim, no primeiro passo para a sua libertação. Em *The Female Spectator* Haywood defende uma maior autonomia para a mulher enquanto indivíduo, mas é, simultaneamente, severa

e realista ao apontar as possibilidades que se lhe oferecem. Ela compreende que a liberdade da mulher existe dentro dos limites socialmente estabelecidos.

Sendo a liberdade um valor social inviolável é reconhecida à educação importância primordial, já que esta é o meio privilegiado de expressão dos diferentes pontos de vista presentes na sociedade, mas também o meio para a veiculação de uma perspectiva crítica sobre os abusos do poder. Esta natureza valorativa adquirida pela educação concede-lhe a legitimidade necessária para que se torne na principal referência mediadora das interações sociais do espaço público feminino. Haywood sabe bem que a educação rapidamente se pode transformar num poderoso canal de poder e de reconstrução da realidade.

Mas é preciso distinguir-se entre as instâncias em que o poder é imposto e as instâncias que se oferecem como alternativas, como lugares de resposta. Se o poder se configura num esquema espacial desigual e assimétrico, então o que é preciso é uma reformulação desses parâmetros de espaço dentro do campo da educação. No espaço educativo há lugar para a negociação dos limites da subjectividade psíquica e ideológica.

O trabalho de Edward Said sobre o Orientalismo revela-nos aspectos importantes da negociação do poder, na esfera da subjectividade. O autor defende que, para se produzir "geografias imaginativas" é necessária não só a demarcação do nosso espaço e o do outro, mas também a tentativa de chegada ao espaço do outro, eventualmente através da apropriação desse mesmo espaço²⁴. Deste modo, é legítimo afirmar-se que todos os espaços

²⁴ É importante referir que estes estudos empreendidos por Edward Said estão relacionados com a análise do colonialismo e imperialismo. Estas noções não deixam, contudo, de ser relevantes para o meu estudo, pois ajudam a compreender a luta empreendida pelas mulheres na conquista de certos espaços que lhes são negados.

físicos ou ideológicos são, no fundo, relações de poder. Na sequência deste pensamento serão relevantes as palavras de Edward Hall:

La agréssion es un ingrediente necesario de la vida; sin él, probabelmente, la vida, tal y como la conocemos, no sería posible. La agresion, normalmente, es la que produce el adecuado espaciamento territorial...(HALL 1973:21)

Além de envolver relações de poder, a educação também oferece novas formas de ver as experiências, as divisões sociais e a exclusão e estigmatização das mulheres. Assim, em termos gerais, poder-se-á dizer que uma parte da acção de Eliza Haywood consiste na avaliação crítica dos “discursos construtores” de uma visão de um mundo socialmente construído, que tem excluído ou secundarizado a educação das mulheres.

As mulheres vêem-se pois cada vez mais imersas numa luta simbólica pelo significado e pelas interpretações, articulando estes conceitos num espaço público, no qual a educação ocupa um lugar determinante. Mais do que um simples lugar de representação, a educação constitui-se como prática significativa de sistemas simbólicos de poder, posicionando a mulher perante novas possibilidades, como defende Haywood:

Knowledge is a light Burthen, (...) of all Kinds of Learning the Study of Philosophy is certainly the most pleasant and profitable: - It corrects all the vicious Humours of the Mind, and inspires the noblest Virtues; - it enlarges our Understanding; - it brings us acquainted with ourselves, and with every thing that is in Nature; and the more we arrive at a Proficiency in it, the more happy and the more worthy we are. (FS: 128)

As transformações sociais decorrentes da educação processam um reordenamento das fronteiras entre o mundo feminino e a sociedade, e,

consequentemente, entre as fronteiras do público e do privado, agudizando os conflitos sociais e forçando a uma readaptação da própria opinião. Nas palavras de Doreen Massey este é um dilema sério porque o espaço só pode ser conquistado através da produção de espaço (MASSEY 1994: 136).

A literatura institui a mulher como sujeito da esfera pública e procura a igualdade nesse espaço. A literatura, como espaço preferencial na educação, defende novos valores e novos espaços de acção colectiva e, ao mesmo tempo, critica toda uma sociedade que urge mudar. Como diz John Richetti, os livros não são vida, nem sequer a transcrição exacta da experiência, mas um comentário à própria vida (RICHETTI 1999: 15).

A literatura procura na realidade as projecções simbólicas que lhe garantem a legitimidade necessária ao seu estatuto de entidade de mudança. Mas, ao procurar essas projecções simbólicas dispostas na realidade, a escrita também reelabora simbolicamente esta realidade, reconduzindo-a ao espaço feminino, ao seu espaço público, e dando-lhe visibilidade e estatuto de acontecimento. Haywood sabe que a educação permite tanto a expressão das reivindicações sociais como medidas e reformas de carácter mais redistributivo. Além disso, segundo Haywood, a educação possibilita uma base material para o estabelecimento de medidas compensatórias das desigualdades sociais. Analisemos esta metáfora usada pela autora:

(...) Bees... We²⁵ could not, indeed, do better than to become their Imitators, since what we call Instinct in them is, in Fact, the immediate Direction of Divine Providence, which impels them with a resistless Force to do all those Things, which are necessary for the common Good of their whole Community, as well as that of each particular Individual: - It has furnished them with Arms offensive and

defensive; it has given them bags to contain and carry Home the Food they labour for, and also for that poisonous Juice which they easily dart out on their Assailants; but then they never exercise that Power without being first attacked.
(FS: 193 - meu sublinhado)

Desta forma, a auto-defesa e a liberdade social passam a ser condições necessárias para a consolidação da autonomia da mulher. A garantia da livre expressão das opiniões no espaço público, antes apenas permitida ao homem, torna-se agora um elemento determinante para a conquista de uma liberdade no feminino. Se é o espaço público que fornece o suporte para a consolidação da opinião como uma força social reguladora não só das práticas institucionais mas sobretudo das relações sociais, é através da escrita que essa mesma opinião pública é concretizada como uma prática de comunicação regular. A escrita (imprensa e literatura em geral), como *locus* privilegiado do confronto de ideias e da controvérsia política, adquire uma dimensão de liberdade própria, dada em função da sua natureza mediadora e da sua capacidade de mobilização social. A literatura providencia, assim, uma forma alternativa de conquista de espaços.

A liberdade de expressão individual adquire uma autêntica dimensão social à medida que a literatura simboliza o espaço por excelência do respeito aos direitos individuais, e, simultaneamente, o espaço público dos direitos colectivos. O acto individual, fruto de uma acção livre da vontade de expressão e de um processo comunicativo intersubjectivo, baseado na interacção social, confunde-se com o acto social, resultado do saber comum e do processo informativo e consequência da elaboração e propagação dos ideais democráticos da razão, do conhecimento e da crítica. Neste contexto, a

²⁵ “We” referir-se-á, provavelmente, ao público feminino, uma vez que este periódico foi escrito por uma

literatura desempenha uma função pública de responsabilidades sociais, permitindo o desenvolvimento, em simultâneo, de uma esfera pública e privada autónoma, por outras palavras, um espaço público de questões sociais, como explica Richetti:

Instead of a luxury affordable only by the privileged and educated few, books and especially novels were part of the revolution in the availability of consumer goods that changed the nature of daily life for a large part of the population in Britain as the eighteenth century progressed. (RICHETTI 2002: 6)

O aumento crescente do gosto pela literatura dá à mulher escritora mais oportunidades de auto-afirmação e de procura de novos horizontes. Acima de tudo, diz John Richetti, a literatura situa-se num mundo paralelo onde nada é impossível (RICHETTI 2002: 8):

While presenting themselves as feminine writers interested in Love, they used amatory fiction as a way of intervening directly in partly politics. (SPENCER 2002: 216)

A escrita dá à mulher a oportunidade de se envolver activamente em todos os níveis da cultura e de repensar a sua posição na sociedade. A importância desta atitude reside na identificação feminina de uma resistência activa e explícita. É neste sentido que Viven Jones afirma: "At a more explicit level of resistance, women writers appropriated and redirected as feminist arguments on behalf of women." (JONES 2000: 14) Embora não possamos falar de feminismo no século XVIII, defende a autora, não restam dúvidas de que muita da literatura que surge nesta época pode, sem hesitação, ser

descrita em termos que hoje denominaríamos de 'feministas'. A propósito da literatura destaca Viven Jones:

...the relationship of women and literature was changing so radically by the mid eighteenth century that it promised to undermine men's and women's established social roles, and to alter the very basis of accepted gender positions. (JONES 2000: 1)

Neste sentido, e ainda segundo Jones, embora as mulheres já tivessem um papel activo como escritoras e leitoras em tempos anteriores, é durante o século XVIII que elas mulheres começam a contribuir significativamente para o aumento de uma cultura de imprensa mais poderosa (JONES 2000:1). Vivien Jones destaca ainda, a este propósito, o potencial da literatura no processo de transposição das fronteiras entre o mundo público e o mundo privado. A propagação dos ideais racionais através da educação e da literatura é um marco histórico para o século XVIII, uma vez que se torna um meio de defesa e de controlo das ideias mais enraizadas (JONES 2000: 4).

Através dos romances e periódicos, a mulher torna-se, assim, num sujeito activo, e, simultaneamente, objecto de conhecimento, na sua escrita e através da sua escrita. A este propósito afirma Armstrong:

In keeping with this strategic objective, reading was at once the most useful and the most dangerous way to take up a woman's time. [...] language could constitute a mutually transforming relationship between the self and an external world of objects. (ARMSTRONG 1989: 100)

A literatura transforma-se, assim, numa forma de controlo social. É neste sentido que Nancy Armstrong afirma que as representações escritas do

ser transformam o indivíduo moderno²⁶ numa realidade económica e psicológica (ARMSTRONG 1989: 8). A autora sugere, então, que a escrita (e eu acrescentaria a educação) é a maneira mais viável e subtil de produção de uma nova forma de poder político (ARMSTRONG 1989: 35), uma vez que influencia o público leitor, ou seja, consegue educar. Diz Hunter neste contexto: “Novels became, for tens of thousands of young men and women in the eighteenth-century England, guides to many practical decisions about life...” (HUNTER 2003: 23)

É possível afirmar-se, por isso, que a obra de Haywood terá, provavelmente, agradado bastante às mulheres do século XVIII, que nela terão reconhecido muitas das experiências e sentimentos próprios do mundo feminino. Haywood, através da sua escrita, não está apenas a escrever histórias com contornos sociais, nem tão pouco a contar-nos “historinhas”; a autora marca a diferença com os seus romances uma vez que estes têm, por um lado, implicações políticas e económicas relevantes e, por outro lado, implicações emocionais e estéticas numa época de conturbados preconceitos sociais. A tentativa de destruir fronteiras e de quebrar barreiras é visível a cada passo dos seus romances. Como refere Hunter: “Novels rely on a context of which they [writers] are a part, and they address it with a design to modify it, make it move on.” (HUNTER 2003: 31)

Segundo John Richetti, todo o século XVIII procura algo novo, progresso e, quiçá, utopias. Assiste-se à crença na oportunidade humana, e toda a narrativa que surge nesta época é reflexo deste mesmo sentimento (RICHETTI 1999: 4).

²⁶ A autora refere que esse indivíduo moderno é, acima de tudo, a mulher. (ARMSTRONG 1989: 8)

A literatura é, por isso, uma das poucas oportunidades que o público feminino tem para partilhar espaços, sentimentos, emoções, angústias e até mesmo prazeres. Haywood sabe que esta partilha e este diálogo dão sentido à existência feminina. Segundo Morris: "Women readers as much as women writers seem to desire the sense of community that comes from encountering in another woman's voice what they believe is the sound of their own" (MORRIS 1997: 64). Escrever sobre mulheres para mulheres significa mais do que educar, serve também para combater o sentimento de isolamento e de clausura a que as mulheres estão sujeitas. A troca de informação respeitante a problemas actuais dá significado à existência feminina numa época em que as mulheres se encontram confinadas à esfera doméstica. A este propósito destaca Morris:

Many of the consciousness-raising groups of early feminism used female-authored texts to combat women's feelings of isolation and inadequacy. Finding their own emotions, circumstances, frustrations and desires shared, named and shaped into literary form gave many women, some for the first time, a sense that their own existence was meaningful, that their view of things was valid and intelligent, that their suffering was imposed and unnecessary, and a belief in women's collective strength to resist and remark their own lives. (MORRIS 1997: 60)

Verificamos, portanto, que a obra de Haywood reflecte um sentimento feminino, onde as diferentes visões do mundo são partilhadas e expostas no âmbito da procura de liberdade, uma liberdade que, para a autora, passa indubitavelmente pela escrita e pela educação.

A escrita feminina reconstitui, assim, a dimensão de liberdade expressa na vontade geral e na experiência colectiva, baseando-se também no princípio

de que todo o cidadão tem direito à liberdade educacional e à liberdade de expressão.

Centrada na sua experiência concreta como mulher, Eliza Haywood procura uma esfera de legitimidade racional também feminina, demonstrando que a educação e a escrita garantem a capacidade da conquista do poder, desafiando, desta forma, o controlo masculino e levantando questões acerca da identidade social e cultural.

Face ao exposto, pode afirmar-se que Eliza Haywood sente a sua contemporaneidade, sente a mudança que se instala na sociedade e é isso que a leva a reagir, a tentar educar para a mudança: "My Ambition was to be as universally read as possible: From my Observations of Human Nature, I found that Curiosity had, more or less, a Share in every Breast." (FS: 9). Este reconhecimento da mudança nos costumes parece ter levado a autora à conclusão da necessidade de instruir o seu público feminino, no sentido do uso de todas as suas capacidades. A sua escrita funciona, assim, como um advento necessário a uma época em que se procura afirmar a diferença como um novo modo de vida e de ler a vida.

4. O ESPAÇO DO EU: A PROCURA DE UMA IDENTIDADE FEMININA

A abordagem do presente tema, ainda que exija a penetração em domínios que excedem largamente o campo restrito da literatura e o afloramento de questões de natureza quase filosófica que a podem tornar mais árida do que seria desejável, parte, todavia, de um ponto concreto: por vários caminhos se assiste a um repensamento do espaço subjectivo. É nesta linha que encontramos a possibilidade de se pensar o Homem como um todo, a partir de uma percepção imediata da sua interioridade. Parece haver aqui indicadores pelos quais o “espaço do eu” merece uma reflexão especial.

A identidade pessoal é definida por elementos comuns como a língua, a história, a religião e os costumes, mas também por um sentimento subjectivo de auto-definição. São vários os níveis deste sentimento de pertença, mas todos eles têm em comum a marca de um espaço estrutural permeável à mudança²⁷. O espaço subjectivo da identidade não é um facto ou uma estrutura estática, mas antes um processo dinâmico onde vários elementos interagem, aderindo, assim, a novos espaços e incorporando o desconhecido. Esta nova compreensão do espaço, a partir de concepções muito recentes, veio levantar questões e dar luz a muitas das dimensões do espaço que, ao longo da nossa história, tinham permanecido na obscuridade. O espaço era considerado apenas geograficamente, e com esta afirmação consideravam-se esgotadas todas as dimensões e possibilidades do termo. É sobretudo no século XX que a área dos estudos sobre o espaço se abre e mostra a sua verdadeira dimensão

²⁷ Cf. Capítulo I – Como é referido neste capítulo, o cerne da procura de identidade está na viabilidade da mudança das formas do espaço.

multifacetada. Na opinião de Kathleen Kirby, há uma dimensão da subjectividade que merece especial atenção: a multidimensionalidade do espaço subjectivo e a sua mutabilidade (KIRBY 1996: 152). Segundo a autora, a demanda de identidade está inevitavelmente ligada à fluidez do espaço subjectivo (KIRBY 1996: 19).

Contudo, esta procura acentuada da subjectividade vista como um espaço que compreende a dimensão da corporeidade humana apresenta-se hoje como um mistério oculto, muitas vezes acentuado pelas diferentes sensações e prazeres. Por outro lado, assistimos a uma valorização dos sentimentos. Assim, reflectir sobre “o espaço do eu” é também decifrar como se constrói a unidade e continuidade entre o exterior e interior. Corroborando a ideia de Said, pode afirmar-se que a metáfora espacial é, de facto, um excelente veículo de fabricação de identidade (Said 1995:313). O mesmo será dizer que o espaço físico e real têm menos importância do que o seu significado, já que a atribuição de valores vai depender de cada pessoa, singularmente.

Segundo M. Henry²⁸ é, por isso, muito pobre uma definição de Homem que passe apenas pela consciência ou pela subjectividade, sem a consideração da relação dialéctica que existe entre a subjectividade e o corpo (HENRY 1985: 3). O mais relevante no pensamento do autor é a proposta da união da subjectividade constitutiva da acção e do corpo, chegando ao conceito

²⁸ Dada a vastidão da bibliografia sobre este tema refiro exclusivamente a obra de M. HENRY (1985) *L'essence de la manifestations*, que desenvolve aspectos relevantes para este trabalho. Nesta obra o autor também refere que a subjectividade não pode ser pensada sem o corpo (p.3). A Henry interessa o conteúdo do ego, a vida e o corpo subjectivo. Assim, para o autor, existe um estatuto ontológico da vida interior e subjectiva, que, enquanto unidade da vida corporal encontra o seu fundamento na estrutura ontológica da subjectividade (p. 128). O que me interessa frisar nesta breve pesquisa é a noção de corpo ou de corporeidade que engloba em si a realidade humana com toda a sua riqueza, com todos os seus sentimentos e prazeres.

de corpo absoluto. A espacialidade é um produto social que transforma e incorpora tanto o espaço físico como o espaço do eu (espaço mental).

Segundo Kathryn Sutherland, um dos trabalhos mais notáveis sobre a subjectividade feminina e a procura de identidade é o de Mary Astell, autora de *Reflections upon Marriage* (1706), que se debruçou sobre a questão da liberdade da mulher no seio de uma sociedade patriarcal. Astell assume uma postura crítica face à falta de espaço concedida à mulher e desafia os seus contemporâneos, perguntando:

"If all Men are born free, how is it that women are born slaves? Why is slavery so much condemn'd and strove against in one Case, and so highly applauded; and held so necessary and so sacred in another?" (*Apud* SUTHERLAND 2000: 32)²⁹

A obediência cega aos homens é, por isso, posta em causa em prol da racionalização de todos os actos. Como ser pensante, todo o ser humano tem o direito à sua própria escolha e decisão. Mary Astell, afirma Kathryn Sutherland, lança novas perspectivas sobre o espaço feminino: "She constructs a space outside society in which female reason can operate" (SUTHERLAND 2000: 33). O comentário da autora aborda um aspecto relevante, e eminentemente feminista: o debate constitucional acerca dos direitos naturais, tendo em conta uma dimensão particularmente feminina, uma vez que encontramos em Mary Astell reflexos inegáveis de uma procura de identidade que pretende abolir um sistema de diferenciação sexista.

Neste sentido, e em sequência do que se tem vindo a afirmar, cabe aqui uma reflexão sobre o significado de subjectividade no entendimento de Haywood. É certo que a subjectividade é uma realidade simbólica que pode ser

objecto de percepções diferentes. No entanto, enquanto vista no plano do discurso literário, esta ultrapassa a significação para se situar no plano do sentido, do sentimento e da procura de mudança através do amor e do prazer corporal.

Esta procura incessante da identidade feminina, ou seja, a demanda de um espaço próprio, pode ajudar-nos a reinterpretar as situações concretas da existência na corporeidade. A sexualidade e a relação amorosa são, talvez, os exemplos mais relevantes da exposição da nossa corporeidade. Ao utilizar o amor como tema principal das suas obras, Eliza Haywood procura afirmar modelos de acção determinantes de um processo de individuação. Segundo Kirsten Saxton, a autora define assim a sua audiência como feminina, pois na insistência em apresentar o desejo activo da mulher como natural e inevitável, a autora ataca os comportamentos estabelecidos, que negam à esfera feminina qualquer apresentação de uma subjectividade activa (SAXTON 2000:4). Haywood estabelece, assim, através do amor e do desejo sexual, um espaço real para a independência feminina. Será relevante a consideração da definição de amor na perspectiva de Haywood:

Love is what we can neither resist, expel, nor even alleviate [...] Love, needs not this fuel to maintain its fire, it survives in absence, and disappointments [...] Love creates intollerable torments! Unspeakable joys! Raises us to the highest heaven of happiness, or sinks us to the lowest hell of misery. (LE: 165)

Love in Excess e *The History of Miss Betsy Thoughtless* são obras famosas pelas suas personagens femininas, que vivem incessantemente as

suas peripécias amorosas, cada uma à sua maneira. Esta parte do trabalho irá, contudo, debruçar-se essencialmente sobre a obra *Love in Excess* porque a procura de um espaço próprio é aí mais evidente. É o primeiro romance da autora, mas não deixa de frisar a importância do “espaço de eu” como um objectivo a atingir, aliando o prazer corporal à subjectividade.

Muito embora se constate que a história de *Love in Excess* se desenrola em torno de Count D'Elmont, na obra encontramos uma versão feminina e uma versão masculina de sofrimento amoroso. D'Elmont, atrai as mulheres, mas elas são-lhe indiferentes, apenas uma o faz apaixonar-se e sofrer verdadeiramente. Haywood descreve-nos a evolução de D'Elmont (desde a sua insensibilidade, passando pelo sofrimento amoroso, até ao ponto culminante do casamento), bem como o processo de valorização do “espaço do eu”. A importância de D'Elmont reside, por isso, no facto de sofrer ao longo do seu percurso amoroso, uma alteração genuína da sua identidade.

Love in Excess inicia com a paixão secreta de Alovisa pelo famoso e proeminente Count D'Elmont. Alovisa escreve-lhe uma carta, mas ao esconder a sua identidade para preservar o seu orgulho, inadvertidamente, faz com que D'Elmont julgue que aquelas cartas haviam sido escritas por uma mulher diferente, Amena, que D'Elmont começa a cobiçar (LE:41). O primeiro volume de *Love in Excess* coloca, por isso, D'Elmont entre duas mulheres: Amena e Alovisa, chegando a casar com a última no final do primeiro volume (LE:76-79). O volume seguinte põe um pouco de lado Alovisa, enquanto a acção se centra entre um triângulo amoroso: D'Elmont, Melantha e Melliora, sendo esta última a mulher que ele verdadeiramente ama. O terceiro e último volume, por sua vez, está repleto de pares amorosos, com uma vastidão de figuras femininas:

D'Elmont entre Melliora, o seu verdadeiro amor, e Ciamara; Frankville e Camilla; o amigo de Frankville, Cittolini e Violetta. Segundo Oakleaf, são estas complicações amorosas que permitem a Haywood a exploração de diversos espaços da subjectividade do mundo feminino (OAKLEAF 2000:12). Como refere o autor, em *Love in Excess*, Haywood começa por colocar o espaço da subjectividade na sociedade aristocrática através da personagem de D'Elmont. Contudo, este tipo de sociedade exige do público a diferenciação de estatuto e riqueza, acabando, inevitavelmente, por subordinar o amor à ambição social (OAKLEAF 2000: 14) e colocando o amor em segundo plano, em detrimento do estatuto social. Por isso, a posição social de D'Elmont exige-lhe que se case com Alovisa e não com Amena:

[...] but as well as he liked Amena, found no inclination in himself to marry her, and therefore was not desirous of an explanation of what he resolved not to seem to understand. (LE: 51)

Ambition was certainly the reigning passion in his soul, and Alovisa's quality and vast possessions, promising a full gratification of that, he ne'er so much as wished to know, a farther hapiness in marriage. (LE: 76)

Assim, embora comece a surgir algum afecto entre D'Elmont e Amena, este não consegue imaginar-se casado com ela. De família distintas, Alovisa também está interessada num marido com reputação e estatuto social, e D'Elmont adquirira-o em batalha:

The Fame of the Count's brave actions arrived before him, and he had the satisfaction of being received by the King and Court, after a manner that might gratifie the ambition of the proudest. The beauty of his person , the gaily of his air, and the unequalled charms of his conversation, made him the admiration of both sexes; and whilst those of his own strove which should gain the largest share of his friendship; the other, vented fruitless wishes, and in secret, cursed that

custom which forbids women to make a declaration of their thoughts. Amongst the number of these, was Alovisa [...] (LE: 37)

Alovisa tem perspicácia, astúcia e poder, um poder que deriva do seu dinheiro e do seu estatuto social. Muito embora não assine as cartas que escreve a D'Elmont, por saber violar tabus existentes, a posição de Alovisa é muito ambígua: se, por um lado, preserva padrões morais de uma heroína, pois sofre de amor e também não se revela totalmente, por outro lado, age de acordo com o seu orgulho pessoal tendo em conta o seu poder económico.

[She] was about to sign her name to it, not all that passion which had inspired her with a resolution to scruple nothing that might advance the compassing her wishes, nor that vanity which assured her of success, were forcible enough to withstand the shock it gave her pride; "No let me rather die!" said she, starting up, and frightened at her own designs, "then be guilty of a meanness which would render me unworthy of life; Oh! heavens, to offer love, and poorly sue for pity! 'tis insupportable! What bewitched me to harbour such a thought as even the vilest of my sex would blush at? To pieces then, "added she tearing the paper, " to pieces, with this shameful witness of my folly, my furious desires may be the destruction of my peace, but never of my honour, that shall still attend my name when love and life are fled. (LE: 44)

Como afirma John Richetti, neste excerto o amor de Alovisa é para ser perdoado, mas a sua interpretação de honra não pode ser aceite pois é superficial (RICHETTI 1969: 189). Os seus desejos compulsivos destroem a sua honra. Ao escrever as cartas, Alovisa está a invadir espaços que lhe são negados. Mas ao denunciar Amena ao pai, revelando que esta havia estado numa posição comprometedoras com D'Elmont, Alovisa viola também o espaço de outra pessoa. Torna-se, assim, numa agente de censura contra um mundo hipócrita, pois sabe que está a destruir a inocência de Amena, negando-lhe a

possibilidade do amor. Deste modo, Amena é enviada para um convento pelo pai e Alovisa concretiza o seu desejo, casando-se com D'Elmont. Contudo, diz Richetti, D'Elmont não se casa por amor, mas motivado pelo desejo de poder e, principalmente, pela riqueza que Alovisa representa:

Ambition was certainly the reigning passion in his soul, and Alovisa's quality and vast possessions, promising a full gratification of that, he ne'er so much as wished to know, a farther hapiness in marriage. (LE: 76)

Desta forma, Alovisa e D'Elmont violam a espontaneidade dos verdadeiros amantes no espaço ideológico de Eliza Haywood. Um título e um estatuto são o que define a identidade social de D'Elmont e de Alovisa. O amor aristocrático de interesses é, pois, a permanente ameaça ao mundo privado do desejo e do amor. Desta forma, muito embora a primeira parte da obra *Love in Excess* termine com o casamento das duas personagens, o leitor sabe que tal amor só poderá acabar em tragédia.

Tendo determinado a ida de Amena para um convento, afirma John Richetti (RICEHTTI 1969: 190), Haywood precisa de outra donzela para criar um triângulo amoroso; chegou agora a vez de D'Elmont sofrer. É aqui que surge a representante do verdadeiro amor angelical, filha do seu amigo M. Frankville, o qual, ao morrer, pede a D'Elmont para tomar conta da sua pura e inocente Melliora:

[...] but if you will promise to receive her into your house, and not suffer her artless and unexperienced youth to fall into those snares which are daily laid for innocence, and take so far a care, that neither she, not the fortune I leave her, be thrown away upon a man unworthy of her, I shall dye well satisfied." D'Elmont answered this request, with repeated assurances of fulfilling it. [...]. (FS: 85)

A inocência de Melliora cumpre duas funções no mecanismo da história, como comenta Richetti: por um lado, torna a personagem frágil e indefesa perante D'Elmont; por outro lado, dá-lhe força para lhe resistir (RICHETTI 1969: 190).

The almost unbearable 'consuming' desire she has for D'Elmont is a proof of that innocence, for only the truly pure (with whom the reader is invited to identify) can feel to such paralysing depths. (RICHETTI 1969: 194)

Tendo sido sempre um homem de honra, excepto no amor, a responsabilidade que D'Elmont tem agora por Melliora torna-o mais consciente. Este sentimento fá-lo ver o quanto errara no passado em relação ao amor:

[...] he found by sad experience what it was to love, and to despair. He admired! adored ! and wished, even to madness! yet had too much honour, too much gratitude for the memory of Monsieur Franckville, and too sincere an awe for the lovely cause of his uneasiness, than to form a thought that could encourage his new passion. What would he not have given to have been unmarried? [...] (FS: 90)

Abatido por estas reflexões, D'Elmont decide ir morar para o campo, levando tudo com ele, incluindo Melliora, que havia ficado sob a sua protecção. É neste espaço que se verifica uma grande mudança em D'Elmont. Amena, estando prestes a ir para o convento, escreve-lhe e confessa que ainda o ama. A reacção de D'Elmont denota transformação:

Had this letter come a day sooner, 'tis probable it would have had little effect on the soul of D'Elmont, but his sentiments of love were now so wholly changed, that

what before he would have laughed at, and perhaps dispised, now filled him with remorse and serious anguish. (LE: 92)

O homem é transformado pelo exemplo feminino de virtude e resistência, deixando de ser dominador e agressivo para sucumbir ao prazer e ao poder do amor, dedicando-se às necessidades da pessoa amada, de uma forma sensível e carinhosa. O caminho do amor não se cruza com o da ambição, e ao longo da obra *Love in Excess* Haywood dá-nos a entender exactamente isso. Alovisa, embora casada com quem ela escolhe, rapidamente se apercebe de que não é amada. Em contrapartida, Melliora é cortejada por D'Elmont.

D'Elmont, apaixonado por Melliora, só pensa em vê-la. O Baron D'Espernay, aproveitando o desespero do amigo, incita-o à infidelidade e convence-o a ir procurar Melliora, uma vez que a sua esposa Alovisa não se encontra em casa (LE: 107). D'Elmont, seguindo os conselhos do amigo, encontra a imagem surpreendentemente erótica de Melliora, deitada no sofá. Melliora, tendo acabado de tomar banho instantes antes, encontra-se em trajes e poses provocadoras. O quadro que se apresenta a D'Elmont é extremamente sensual e, por isso, irresistível:

He found her lying on a couch in a most charming dissabillee; she had but newly come from bathing, and her hair unbraided, hung down upon her shoulders with a negligence more beautiful than all the aids of art could form in the most exact *decorum* of dress, part of it fell upon her neck and breast, and with it's lovely shadyness, being of a delicate dark brown, set off to vast advantage, the matchless whiteness of her skin. Her gown and the rest of her garments were white, and all ungirt, and loosely flowing, discovered a thousand beauties, which modish formalities conceal. [...] she blushed at sight of the Count, and rose from off the couch with a confusion which gave new lustre to her charms...(LE: 107-8)

D'Elmont declara o seu amor, mas Melliora recusa-se a aceitar tal relação. A marca da força de Melliora vai estar no exame atento das divergências entre os caminhos que lhe apontam e os que ela prefere escolher no assumir da sua identidade. Os elementos que surgem devido à sua condição de mulher e se revelam, por isso mesmo, únicos, em nada diminuem a legitimidade das suas acções. Muito embora os seus desejos sejam autênticos e virtuosos, neste universo de moralidade a heroína só pode encontrar amor e felicidade resistindo e fugindo do amor. No fundo, Melliora sabe que a sua identidade depende da sua pureza sexual.

Estabelecida esta resistência, Haywood gradualmente muda o espaço real da hesitação para um espaço subjectivo, o espaço do sentimento e da confusão. Melliora ama-o mas, sendo ele casado, a relação é impossível. Haywood usa desta forma a subjectividade como forma de resistência activa e não passiva:

'Tis impossible to guess the conflict in Melliora's breast at this instant; she had heard a most passionate declaration of love from a married man, and by consequence, whatever his pretences were, could look on his designs no otherwise than aimed at the destruction of her honour, and was fired with a virtuous indignation. But then she saw in this married man, the only person in the world, who was capable of inspiring her with a tender thought . (LE: 112)

Segundo John Richetti, narrativas como esta requerem do leitor uma posição: a aceitação do desejo como algo natural e compulsivo, mas também a recusa de qualquer abuso masculino relativamente à virtude da donzela (RICHETTI 1969: 187). O resultado, diz este autor, é um duplo prazer: as sensações eróticas da cena descrita e a superioridade da virtude. Haywood

rapidamente deixa de focar a sua atenção em Melliora, para se focar no conflito moral de D'Elmont:

He took an inexpressible pleasure, in gazing on her as she lay, and in this silent contemplation of her thousand charms, his mind was agitated with various emotions, and the resistless posture he beheld her in, roused all that was honourable in him; he thought it pity even to wake her, but more to wrong such innocence, and he was sometimes prompted to return and leave her as he found her. (LE: 116)

Gradualmente, D'Elmont mostra ao leitor que merece o amor de Melliora, e estas suas hesitações manifestam a sua sensibilidade e valor. A sua hesitação iliba-o da culpa da provocação que se irá seguir.

Falhando a primeira tentativa, o Baron D'Espernay convence novamente D'Elmont a insistir, pois a recusa feminina reflecte um desejo íntimo de prazer e vontade própria, como ele afirma a D'Elmont, "A little resolution on your side would make her all yours – Women are taught by custom to deny what most they covet and to seem angry when they are best pleased." (LE: 113-114). Desta forma, persuadido pelo amigo, D'Elmont arranja forma de ir ao quarto de Melliora sem ser visto. Ao entrar no quarto depara com Melliora a dormir. Querendo passar despercebido, tenta beijá-la suavemente. Contudo, Melliora sonha com D'Elmont e abraça-o nos seus sonhos (e na realidade) e grita por ele. O que se segue, diz John Richetti, não é a culpa nem de um nem de outro; ambos são vítimas da força do amor (RICHETTI 1969: 195). A instabilidade emocional natural do sonho de Melliora reflecte a contradição que envolve o paradoxo sonho/realidade:

Imagination at this time was active, and brought the charming Count much nearer than indeed he was, and he, stopping to the bed, and gently laying his face close to her's (possibly designing no more than to steal a kiss from her, unperceived) that action, concurring at that instant, with her dream, made her throw her arm (still slumbering) about his neck, and in a soft and languishing voice, cry out, "Oh D'Elmont, cease, cease to charm, to such a height – Life cannot bear these raptures. – And then again, embracing him yet closer, - O! too, too lovely Count – extatick ruiner." (LE:116)

O sonho é um espaço onírico onde reina o silêncio e predomina a subjectividade dos gestos e dos movimentos. Personagens como Melliora estão impedidas de expressar os seus sentimentos; não obstante, usam o seu silêncio para provocar reacções. O espaço desejado que lhes é vedado é adquirido num mundo transcendente ao homem, o espaço onírico. O sonho é um enigma que dissimula um desejo, por outro lado, é uma precipitação de desejos, onde Melliora se confronta com a invasora angústia de que tudo pode acontecer. É a possibilidade da mistura do sentimento romântico com a mundaneidade. Por entre a escuridão que caracteriza o sonho, surgem memórias e desejos mais ou menos aproximados à realidade, em que se denota uma indeterminação das fronteiras da mente. Já Kirby afirmava que o espaço subjectivo é maleável e substituível (KIRBY 1996: 32), daí que o sonho se transforme no espaço onde o sujeito consegue manipular as fronteiras e atingir objectivos, algo que nunca alcançaria na vida real. O sonho é, por isso, um processo de subjugação aos efeitos de uma substância alucinogénica, onde as fronteiras da imaginação se tornam indeterminadas.

A imaginação, de certo modo, prolonga-se na impossibilidade do contacto entre Melliora e o conde D'Elmont, na vida real. É neste tempo-espaço, por conseguinte, que se opera a maturação espiritual, através de uma

aproximação conseguida pelo sonho que é, por assim dizer, um símbolo de irrealidade. Esse tempo-espaço não é mais do que um “lugar” de passagem, um isolamento reflexivo, onde o silêncio dá lugar à expressão. O sonho é, pois, a forma sofisticada que esconde, sob símbolos de metamorfose espiritual, a realidade simples do desejo, é o espaço de projecção do desejo. A subjectividade onírica permite-nos, assim, compreender a individualidade humana porque o corpo enquanto corpo subjectivo não está sujeito ao tempo e, por isso, também não está sujeito às imposições sociais (*Vide* KIRBY 1996:33 e 35)³⁰.

No sonho, Melliora tende a perder-se pela subjectividade: no espaço onírico vale tudo, não há nem regras nem limites, é um espaço imenso recheado de sentimentos e emoções que se exprimem livremente. É como se o espaço se transformasse numa ilusão criada através de relações interpessoais, na qual os espaços não são mais do que uma projecção do desejo real. O sonho reflecte o encontro com o desejado que se dá somente fora do tempo e do espaço, suspensos por momentos na intimidade do quarto. O quarto de Melliora é, por isso, o quarto da subjectividade, pois é lá que D'Elmont descobre o amor que Melliora sente por ele. Este papel transgressor vai definir a intensidade desta paixão. Criar este estado de prazer e de poder, como faz Melliora, é certamente um acto subversivo. O sonho é, pois, o espaço escolhido pela autora como representação do paraíso, símbolo que reflecte o arquétipo fundamental do outro “mundo”.

Uma vez que, no espaço onírico, o “dito” é sempre o “não dito”, Melliora consegue desfrutar daquele momento sem que por isso seja condenada. Afinal,

³⁰ Kirby não fala especificamente do sonho, mas as suas reflexões podem perfeitamente enquadrar o espaço onírico, uma vez que este é também um espaço de interioridade.

ela não diz o que de facto diz. Não existe transgressão no espaço onírico porque não há nele inversão ética nem culpabilidade. Há, sim, transposição e deslocamento da lei. Haywood revela-nos, acima de tudo, um fascínio pelo espaço “irresistível”, pela justaposição do prazer e do perigo.

No fundo, a procura de identidade não é possível sem um certo distanciamento espacial temporário, sem a capacidade de assumirmos outro ponto de vista. É esta capacidade que torna Melliora capaz de relacionar dois espaços, aparentemente dicotómicos, num só. Como afirma Soja,

But in this ability there is also a will to relate a necessary impulsion to overcome detachment, as the only means whereby we can confirm our existence in the world, can overcome meaninglessness and establish identity. (SOJA 1999: 133)

Assim, a harmonia entre a realidade e a imaginação através do sonho pretende unir num só espaço os planos de expressão das acções e do pensamento. Por isso, esta relação de quase simbiose entre D'Elmont e Melliora, através do discurso interior e das tensões internas do discurso narrativo, são importantes na compreensão deste espaço de subjectividade.

Todos estes encontros e desencontros nos romances desafiam as noções “ditas racionais” de personalidade e moralidade, ao presumirem um espaço profundo e absoluto para o desejo sexual, desejo único e autêntico, uma espécie de emoção pessoal sublime, acima de qualquer regra imposta pela sociedade. O espaço da subjectividade é, por isso, livre e sem restrições. É por isso que se pode afirmar que a aparente passividade de Melliora em relação ao amor significa poder e superioridade moral.

De facto Melliora escolhe o seu próprio espaço, um que não se coaduna com as expectativas culturais, mas um espaço que é só seu. Embora só seu, não deixa de ser frágil e sujeito a violações, como se pode ver pela reacção de D'Elmont:

That he did, is most certain, for he tore open his wastcoat, and joyned his painting breast to her's, with such a tumultuous eagerness! seized her with such a rapidity of transported hope-crowned passion, as immediately waked her... (LE: 117)

O efeito da proximidade física e do contacto, o tom de voz, a onda de calor que se produz pela ansiedade que invade as personagens expressam, de forma eficaz, o espaço que, por momentos, partilham. A distorção de espaços é, assim, intencional.

De qualquer modo, o que aqui se representa é o movimento da entrega, depois do sacrifício, e que vai permitir a revelação, muito embora esta revelação se torne penosa para Melliora após o despertar do sonho:

... immediately waked her from an imaginary felicity, to the approaches of a solid one. "Where have I been?" said she, just opening her eyes, "where am I" – And then coming more perfectly to her self, "Heaven! What is this?" – "I am D'Elmont", cried the orejoyed Count, "the happy D'Elmont! Melliora's, the charming Melliora's D'Elmont." "Oh, all ye saints," resumed the surprized, trembling fair, "ye ministring angels! whose business 'tis to guard the innocent! protect, and shield my virtue! O! say, how came you here, my lord?" "Love", said he, "love that does all, that wonderworking power has sent me here, to charm thee, sweet resister, into yelding." "O! hold," cried she, finding he was proceeding to liberties, which her modesty could not allow of... (LE: 117)

Se, durante o sonho, Melliora é capaz de ultrapassar este distanciamento, acordada não consegue ultrapassar os constrangimentos

sociais. O leitor é convidado a rejeitar este mundo de prazer e a identificar-se com Melliora que, heroicamente, se controla e se recusa aceitar os seus sentimentos. Neste sentido, afirma Richetti, a heroína preserva a sua inocência para que o leitor não se esqueça de que a sedução a que estamos a assistir é o conflito trágico com o mundo cruel masculino ao qual a virtude feminina está condenada a sacrificar-se (RICHETTI 1969: 162). Estamos, por isso, perante o testemunho da conquista de poder através da subjectividade. O auto-controlo fortalece a autoridade feminina acima do seu valor meramente doméstico, surgindo, por isso, uma inversão cultural, uma vez que, para construir e preservar estes espaços, Haywood preocupa-se em transformar o prazer e o desejo sexual em poder, um poder predominantemente feminino.

Este amor desejado por D'Elmont e por Melliora, mas proibido pela sociedade, faz com que a heroína se refugie num convento. Só quando Alovisa acidentalmente morre, pode este verdadeiro amor ser consumado. A ambição dá lugar ao amor e D'Elmont aprende que só o amor é importante:

Ambition, once his darling passion, was now wholly extinguished in him by these misfortunes, and he no longer thought of making a figure in the world... (FS: 163)

A Amena e a Melliora são sistematicamente arrancadas as defesas externas e internas. Estas construções coincidem com a tensão erótica da culpa e da ilegalidade de um amor proibido e perigoso. Tanto Amena como Melliora são vítimas das circunstâncias e das suas subjectividades.

Quando estas personagens nos são apresentadas, o narrador não se poupa a esforços para que as conheçamos amplamente. Melliora é uma dessas deusas jovens cuja suavidade e correcção de contornos, alvura e

delicadeza de tez, lhe dão uma aparência tão subtil e vaporosa (quase celestial), que se espera, a cada passo, vê-la desprender-se da terra e dissipar-se, como instantânea visão luminosa.

Formando contraste aparente com este ser singular, temos Betsy, personagem principal de *The History of Miss Betsy Thoughtless*, impetuosa de sentimentos e com força de vontade para tudo e todos enfrentar. Ainda que algo estouvada, Betsy não deixa de possuir um generoso e compassivo coração, e uma alma sensível a todos os infortúnios³¹. Esta atitude de Betsy isola-a, desde os primeiros momentos, dos parâmetros normais da sociedade; mas é na frescura com que olha e vive esses regulamentos que reside a sua força, ponto de partida para a missão assumida de subversão dos espaços pré-estabelecidos pela sociedade.

O percurso de Betsy poder-se-á distinguir em três fases. A primeira fase caracteriza-se pela separação da família ou sociedade, separação essa tanto física como ideológica. Betsy, orfã de mãe aos dez anos de idade, vê-se obrigada pelo pai a ir para um colégio interno acompanhada por uma ama que irá ter a seu cargo a educação de Betsy até ao casamento. O pai de Betsy fica tão feliz por saber que sua filha terá o acompanhamento devido, que não se preocupa em trazê-la para casa (BT: 27). É neste contexto de afastamento que Betsy conhece Miss Forward, uma menina rebelde que quer, a todo custo, a ajuda de Betsy para poder ter encontros amorosos com o jovem Sparkish.

Meses mais tarde, após estes episódios de intriga amorosa, o pai de Betsy morre inesperadamente depois de diversos negócios falhados, deixando

³¹ Quando o marido adoece, Betsy, apesar de magoada, volta para casa para estar com ele. Como vemos, já aqui é indiciado o comportamento futuro da heroína que, frívolo e menos correcto no início, irá gradualmente evoluindo aos nossos olhos por influência benéfica do amor, até se assumir como uma perfeita *lady*.

Betsy e seus irmãos sozinhos. Contudo, não se esquece de deixar testamento, fazendo questão de dividir a herança pelos seus filhos. Betsy, como tinha apenas catorze anos, fica a cargo de Mr. Goodman e sua esposa, Lady Mellasin. É em casa de Mr. Goodman que Betsy vai passar a maior parte da sua vida antes do casamento. Esta segunda privação familiar, a que Betsy é sujeita, vai influenciar grande parte das suas decisões, uma vez que Lady Mellasin, sua madrastra, pouca importância lhe vai dar, preocupando-se apenas com sua filha Flora. Neste processo de construção de identidade, o espaço emotivo irá ter um papel central na vida de Betsy. Criam-se, por isso, espaços distintos que requerem um entendimento.

Betsy quer pretendentes e, simultaneamente, uma vida independente, o que a leva, inocentemente, a cometer uma série de erros: marca encontros perigosos com rapazes, fica amiga de uma prostituta e brinca com os sentimentos de diversos pretendentes, fazendo com que estes cheguem mesmo a travar duelos em seu nome. De algum modo, afirma Richetti, esta liberdade transgressiva tem de se transformar em submissão para que, mais tarde, as suas virtudes sejam exaltadas pelo seu sofrimento como trunfo moral de resistência à corrupção da sociedade (RICHETTI 1999: 200). A sua inocência e pureza aliadas ao seu comportamento leviano fazem com que Betsy seja obrigada a casar com Mr. Munden. Como já foi referido no segundo capítulo desta dissertação, o cerne deste romance reside, por isso, na inevitabilidade do casamento.

Assim, a segunda fase da protagonista, a fase do casamento, vai possibilitar à heroína as experiências necessárias que irão a transformar numa “pessoa” na verdadeira acepção da palavra, traduzindo a passagem de um

estádio de ignorância para uma consciencialização das suas potencialidades. A revolta que a heroína sente pela injustiça da situação marginal de um casamento forçado a que se vê reduzida reflecte uma reacção agressiva provocada pelo seu descontentamento extremo.

A terceira fase, altura em que o seu marido Mr. Munden morre e a deixa viúva, representa a reinserção na comunidade, com uma perspectiva amadurecida dos valores por que todos têm de lutar. Este movimento triádico sintetiza a audácia da diferença atribuída a Betsy na recusa a ligações sentimentais insatisfatórias. Ao fugir a classificações pré-estabelecidas, a personagem põe em causa essas mesmas classificações; uma nota inquietante, necessária a esta procura empenhada de caminhos possíveis.

O que determina o percurso singular destas personagens é a perspectiva lúcida que cada qual tem da sua situação existencial. Esta consciência é suportada pela força interior necessária para a escolha do caminho a seguir. Desligadas da sociedade pelas diferenças inultrapassáveis que detectam entre si e as normas de vida que lhe são propostas, Betsy e Melliora vêm-se sozinhas, lutando com as suas dúvidas e as forças antagónicas que as confrontam. Nesta jornada essencialmente interior, as tarefas a cumprir e as provas a que são submetidas podem limitar-se a escolhas de modos de vida, mas a selecção de uma determinada rota que comprometerá todo o futuro é um acto que amedronta as protagonistas. Medo do compromisso, medo de fronteiras que impõem limites ao espaço, que por si, já é demasiado sufocante.

O momento de viragem na vida destas heroínas prende-se a uma ligação amorosa que lhes suscita dúvidas, angústias, consciencialização da

qual as personagens vão adquirindo o seu verdadeiro perfil. Haywood, não exclui, por isso, o papel que cabe também à mulher numa sociedade, a transformação. O amor não domina mas forma, educa, modifica e amplia a dimensão do ser.

Embora distintas nos seus objectivos, as personagens femininas de Haywood acabam por reflectir todo um conjunto de espaços de subjectividade a que a escritora pretende dar destaque. Nesta sociedade aristocrática, ao espaço público feminino é interdita a expressão de sentimentos; por essa razão, Alovisa fala pela autora quando lamenta a injustiça de as mulheres não poderem exprimir o seu desejo, como fazem os homens (LE: 14). A tradição exige que a mulher atraia e case com um homem de bem, mas o mesmo costume proíbe a mulher de declarar o seu amor publicamente. Amena e Violetta sofrem desta mesma frustração - o silêncio imposto pela sociedade. É aqui que Haywood inova: numa sociedade baseada na herança de propriedades e bens, Haywood faz com que o desejo e o amor triunfem. Como afirma Oakleaf, "Haywood's narrative challenge, therefore, is to situate her reader where she or he will forget such social judgment and instead accept the authority of desire." (OAKLEAF 2000: 16).

O amor transpõe os limites da sua interioridade, tornando-se, por isso, numa realidade que pode ser concretizada. Haywood considera as relações entre os sexos como um espaço de poder entre classes e culturas. Há, por isso, uma multiplicidade de relações e negociações pelo poder e pelo prazer.³²

³² Em *Love in Excess*, Haywood diz-nos que a mulher tem liberdade de escolha: Amena escolhe, indiferente à vontade de seu pai; Melantha faz a sua escolha à rebelia de seu irmão; embora a escolha de Alovisa determine a sua infelicidade, ela e Ansellina são herdeiras ricas e de muito dinheiro e, por isso, escolhem a seu gosto; Camilla escolhe o seu amor e sente-se perfeitamente à vontade para reconsiderar a sua escolha, voltando atrás quando reconhece que Frankville não é merecedor do seu afecto; Violetta,

Aos nossos olhos vai-se desenrolando o processo de amadurecimento da paixão, lugar isolado por excelência, que expõe a mente do ser humano a todos os perigos, transformando-se num espaço privilegiado da narrativa, espaço onde tudo começa, onde se é submetido às verdadeiras provas iniciáticas, pois está-se entregue a si mesmo.

A teoria de Haywood sobre o corpo subjectivo dá-lhe a possibilidade de reflectir sobre o papel do Homem no mundo e a sua relação com outras entidades materiais. De maneira original, a autora mostra que a natureza do corpo subjectivo confere subjectividade às coisas do mundo, possibilitando-lhes a mudança. Esvaziando toda a sociabilidade concreta, o espaço subjectivo transforma-se em prazer e em poder, repercutindo, ao nível da privacidade, uma pura forma perversa de visibilidade social, uma espécie de miragem utópica no âmago de uma sociedade essencialmente masculina. A fuga ao controlo, à vigilância, ao olhar dos outros são características deste espaço que se reveste de autonomia individual, natureza absoluta da realização do eu, ou seja, a busca da identidade individual.

negando a sua sexualidade ao disfarçar-se de homem, escolhe o amor, contribuindo para a morte de seu pai;

[...] can it be possible that the admired Violetta could forsake her father, - country, - friends, and all the equipage of state, and grandeur, to follow in a mean disguise, a man unworthy of her thoughts? (LE: 264)

Finalmente, Melliora, muito embora se tenha refugiado no convento, acaba por regressar à sociedade e se integrar inteiramente de acordo com os seus desejos,

Dissolved in love, and melting in his arms, at last she found no words to form denials, while he, all fire, improved the lucky moment, a thousand liberties he took. (LE: 258)

Em *The History of Miss Betsy Thoughtless* encontramos também Miss Forward, que se dedica ao seu amor, contra a vontade do seu pai e Betsy age sempre de acordo com a sua vontade, não levando em conta os preconceitos da sociedade:

“‘Tis like Miss Betsy Thoughtless, “ cried Miss Flora, “and only like herself, to go abroad with a man alone” – Miss Betsy regarded not this reproach, but catching up her fan and gloves, gave Mr. Trueworth her hand to lead her where she had proposed, leaving the other so full of spite, that the tears gushed from her eyes. (BT: 169) Her spirit, yet unbroke, could not bear control. (BT: 173)

Enquanto que no espaço social se joga a representação do real sem confusão possível com o imaginário, no espaço subjectivo anula-se a distinção entre estes dois planos. A subjectividade produz-se, assim, num espaço e num tempo à parte, separados do banal que representa. Por isso, do “espaço do eu” emerge o sentido, dando-se a ver o invisível que atravessa o real.

Haywood considera necessária a perspectivação da subjectividade como um espaço vivo e dinâmico, dado que a interioridade é um espaço de reformas, reformas que passam por fronteiras pouco precisas e difíceis de serem delineadas, como comenta Richetti:

Mrs. Haywood is thus able to pose with ease as a reformer of the age, her position as a finer female sensibility giving her a unique perspective on the specifically masculine vices of the world she describes, such as avarice and sexual exploitation. (RICHETTI 1969: 182)

Ao representar todas estas relações de procura de identidade dentro de determinados espaços, Haywood desafia o ideal da cultura dominante. Ao transformar a sua luta em relações de sexualidade, amor, desejo e casamento, a autora subtilmente esconde a sua representação política da questão e mostra que os valores qualitativos dominam. Estamos, por isso, perante o testemunho da conquista de poder através da subjectividade. Haywood sabe que a mudança é o caminho da identidade, como explica Richetti:

The heroines of all these novels are the victims of a world which sees them simply as opportunities for lust and avarice, which depersonalizes them, in modern jargon. The love by which they are possessed is represented as tragic, since it most often leads to tragedy or at least to severe hardships. But the love which destroys them is really a way for these heroines to assert personality, a desperate alternative to the depersonalization which the masculine world imposes

upon them. [...] The world cannot be changed, but it can be escaped and the tragic female condition transcended. (RICHETTI 1969: 208)

Amar é adquirir poder, e a alma anseia o infinito. O poder está, por isso, na capacidade de transcender, possibilidade essa presente na interpretação dos espaços. O espaço do amor e do prazer em Haywood podem contribuir para a reconstrução da identidade pessoal feminina, principalmente quando há uma assimilação e interacção bem sucedidas das identificações fragmentárias que retiramos das experiências vividas, dando origem à organização de um novo todo.

A literatura vive de mundos possíveis e exercita a concepção da possibilidade de mundos impossíveis. Falar de mundos possíveis é enunciar alternativas ao mundo que é definido como real. Trata-se de uma reflexão sobre os limites da nossa própria ideia de mundo. Trata-se de desmontar o plano da possibilidade e de ver a possibilidade como um reflexo, uma espécie de extensão da realidade. Nada exige que o real e o ideal não possam ser pensados como profundamente interligados. A conclusão essencial a que se poderá chegar é a de que há uma lógica labiríntica e que essa lógica pode estabelecer-se em diferentes tipos de espaços, mas em qualquer caso, quando o discurso se projecta contra e para além do real imediato, não se está necessariamente perante um quadro de impossibilidades. Notemos que, em certo sentido, nenhuma realidade é inatingível. A realidade não é mais do que uma condensação de percursos escolhidos e de opções significativas. É a afirmação do espaço subjectivo em relação a essa mesma realidade. O problema está, muitas vezes, em admitir-se que o idealismo é suficiente para ser real.

A verdadeira compreensão deste problema passa, portanto, pelo reconhecimento de que todo o campo da possibilidade é determinado pela significação que os termos adquirem num determinado espaço de sentido. A subjectividade readquire, assim, força, na medida em que é marcada como *tópica* (lugar) e não como *utópica* (não lugar). Dilema? Talvez! Como afirma John Richetti “the very nature of identity is e recurring philosophical dilemma.” (RICHETTI 1999: 3)

CONCLUSÃO

Procurei debruçar-me nesta minha dissertação sobre a questão da compreensão dos diversos espaços centrados na fruição individual que permeia o mundo feminino, relacionando-o com as consequências que esse fenómeno tem na construção e representação da subjectividade e chamando a atenção para as pertinentes questões reformadoras que levantam. Se olharmos para a História, concluiremos que todas as grandes revoluções foram em prol do espaço. A conquista de espaços é, de facto, a verdadeira revolução: “The demystification of spatiality will reveal the potentialities of a revolutionary spatial consciousness” (SOJA 1999: 92). Para Soja, uma revolução social só é concretizada se for simultaneamente uma revolução espacial consciente.

A vocação do espaço para despertar e gerir as relações sociais tornou-se evidente desde a publicação dos primeiros estudos sobre o espaço no início do século XX. Estes estudos surgiram como uma resposta às necessidades culturais desencadeadas por fenómenos sociológicos. Nesta dialéctica inseparável entre as relações sociais e as relações de espaço, surge uma complexidade de contextos de acção e diversidade de mecanismos capazes de explicar o mundo social.

No capítulo teórico, deste meu trabalho, tive a oportunidade de discorrer sobre os desenvolvimentos dos estudos sobre o Espaço, definindo os contornos de uma ferramenta conceptual mormente utilizada na área dos Estudos da Geografia, mas cuja utilidade para os Estudos Culturais me parece por demais evidente. Nos capítulos seguintes, procurei demonstrar a forma

como os estudos sobre o espaço lançam novas pistas para o entendimento da obra de Eliza Haywood.

A obra de Haywood serve como pano de fundo para a abordagem profunda de problemas coevos e de identidade pessoal. Além de apresentar uma descrição dos espaços e das fronteiras que a sociedade impõe à mulher do seu tempo, a autora reflecte, acima de tudo, sobre a forma como a identidade da mulher diverge e se constrói entre os vários espaços. É na literatura que Haywood vai encontrar o seu espaço de eleição, procurando formas alternativas que lhe permitem derrubar limites e fronteiras socialmente pré-estabelecidas. É neste sentido que Armstrong afirma, referindo-se à literatura feminina do século XVIII:

Consequently, these stories of courtship and marriage offered their readers a way of indulging, with a kind of impunity, in fantasies of political power that were the more acceptable because they were played out within a domestic framework where legitime monogamy – and thus the subordination of female to male – would ultimately be affirmed. In this way, domestic fiction could represent an alternative form of political power without appearing to contest the distribution of power that it represented as historically given. (ARMSTRONG 1989:29 - Meu sublinhado)

Tornar-se politicamente consciente pode significar ter-se a noção dos limites que são impostos; contudo, Haywood insiste no facto de uma coisa não impedir a outra, ou seja, embora o sujeito sinta que de facto há limites impostos para o seu espaço, não deixa também de ser verdade que esses limites podem e são constantemente alterados pelos indivíduos, tendo, por isso, margens flexíveis. Como refere Soja,

To be human is not only to create distances but to attempt to cross them, to transform primal distance through intentionality, emotion, involvement, attachment. (SOJA 1999: 133)

Tornar-se politicamente activo pode significar trazer-se para fora todo o potencial reformador que existe dentro de cada indivíduo, fazendo com que o espaço subjectivo se torne “visível” mas susceptível de manipulação. Segundo Herrman, caberá depois ao sujeito deixar que esse espaço seja manipulado ou não (uma vez que no seu interior quem o manipula é ele). Como o autor afirma,

There is a physical and mental space for everyone. These two categories have in common the capacity to be invaded: one by violence, the other by indiscretion. (HERRMANN 1981: 168)

Haywood sabe que a percepção do espaço pode, deste modo, ser transcendido, e a mulher tem a oportunidade de se rearticular num ambiente mais fluído e dinâmico, onde as fronteiras se tornam questionáveis. Haywood procura, assim, espaço para a mulher – espaço para se exprimir, para se libertar. Virginia Woolf dirá aliás em *A Room of One's Own*:

... give her a room of her own and five hundred a year, let her speak her mind and leave out half that she now puts in, and she will write a better book one of these days. (WOOLF 1998:123)

Numa visão não apenas ordenadora mas estratificada das relações entre os sexos, diz-se à mulher que o seu lugar é só um e uma a sua função: inferior ao homem, deve sujeitar-se-lhe e obedecer-lhe. Ele é a razão superior, ela o instinto inferior que deve ser controlado. A relação que a mulher estabelece com o espaço tem fundamentos e motivações que dominam a

estrutura social. Quando Virgínia Woolf se refere a um “quarto” pretende exactamente evidenciar essa mesma procura de um espaço, muito embora mais tarde a autora refira a importância da liberdade económica³³ como aspecto primordial. Do mesmo modo, as heroínas de Haywood, socialmente construídas mas também individualmente definidas, espelham uma crítica racional e correctiva da ideologia arcaica da sociedade. Contra esse substrato debilitador da vontade individual feminina, compete a cada mulher assumir uma posição responsável e dinamizadora das estruturas em que está inserida. Como refere Eliza Haywood, “Times like these require Corrosives, not Balsams to amend”³⁴ (FS: 48).

Ao focalizar a sua atenção em figuras femininas, Eliza Haywood não exclui as personagens masculinas que ocupam aliás um lugar relevante neste universo em que todos estão sujeitos a diferentes condicionalismos. Contudo, é o mundo feminino que está sujeito a maiores constrangimentos, principalmente os relacionados com o espaço. A autora destaca, por isso, o facto de cada qual ter direito ao espaço que conquista, não ao espaço que é imposto por outrem.

Ter acesso a espaços é, por isso, ter acesso a poder. No excerto que se segue, este aspecto é especialmente significativo já que, por um lado, nos permite constatar que o espaço representa a classe dominante e, por outro

³³ A propósito de liberdade económica, Virginia Woolf afirma: “Intellectual freedom depends upon material things. Poetry depends upon intellectual freedom. And women have always been poor, not for two hundred years merely, but from the beginning of time.” (WOOLF 1998: 141)

³⁴ Embora a expressão seja de carácter geral, podemos afirmar que Haywood se refere especificamente à esfera feminina e às “liberdades” que as mulheres ainda não tinham, uma vez que podemos constatar que o vocabulário é tipicamente feminino. É de notar, por exemplo, o uso da palavra “Corrosives” e “Balsams”, dois produtos usados pela mulher em casa: um como produto de limpeza, o outro como produto de beleza. Ambos pertencentes ao universo feminino, é neste mundo que Haywood nos quer situar, um mundo que ainda não atingiu a plenitude desejada pela autora. Deste modo, Haywood apela à mudança, uma mudança que passa invariavelmente por cada ser humano: “The change is in ourselves” (FS: 50).

lado, nos chama a atenção para o facto de esse mesmo espaço ser marcado pela resistência.

Space is not a 'reflection of society' it *is* society. Therefore, spatial forms, at least on our planet, will be produced, as all other objects are, by human action. They will express and perform the interests of the dominant class according to a given mode of production and to a specific mode of development. They will express and implement the power relationships of the state in a historically defined society. They will be realised and shaped by the process of gender domination and by state-enforced family life. At the same time, spatial forms will be earmarked by the resistance from exploited classes, from oppressed subjects, and from dominated women. (CASTELLS 1983:71 - Meu sublinhado)

Neste sentido, podemos afirmar que são as fronteiras artificiais que o homem inventa, para dividir e de alguma maneira controlar o fluir do tempo e o espaço circundante, que criam na mulher a inquietante obrigação de as transcender.

A necessidade de negar o que parece inegável, lutando contra a limitação espacial, faz com que a distinção entre o que é público e o que é privado se apresente como cada vez mais ténue. Mais ainda do que na vontade de conquistar um espaço próprio, o sujeito feminino afirma-se em articulação com o público. A criação de uma instância onde os privados se associam enquanto público – denominada esfera pública – constitui uma estratégia que se salda como um percurso para se alcançar mais espaços. Na perspectiva de Richetti, o espaço público reflecte-se no direito à participação individual, no qual os espaços sociais se diluem em fronteiras indefinidas (cf. RICHETTI 1999: 12).

Como outros escritores, Haywood faz ressurgir das esferas pública e privada as relações sociais de identidade. Ao sugerir que a mulher possui

interioridade própria e que é também capaz de “exibir o seu exterior”, Haywood argumenta que a mulher pode (e deve) participar tanta na vida pública como na privada, ou seja, ela pode ser simultaneamente objecto de admiração e ainda demonstrar ter qualidades interiores dignas de uma boa esposa e dona-de-casa.

A ênfase na realização individual, no lazer e na fruição pessoal, de que Haywood faz eco através das suas obras tem como objectivo o alargamento da noção de esfera pública e privada de modo a permitir naquela a participação do mundo feminino. Desta forma, Haywood afirma, nas suas obras, alguns direitos que se escondem atrás de desejos de afirmação, de reconhecimento e de auto-afirmação e que têm de ser pensados numa perspectiva crítica à luz das transformações verificadas nas relações entre público e privado. Procurei, por isso, reflectir sobre o significado que se esconde por detrás desta dicotomia, tentando demonstrar que o termo “público” implica uma multiplicidade de interpretações, principalmente face à questão da identidade. Com a busca genuína da identidade, afirmam-se mecanismos de ruptura e de afirmação individual.

Se à identidade feminina era necessária a expansão dos direitos e liberdades públicas e privadas, tal objectivo não teria sido atingido sem a mobilização social e as estratégias desenvolvidas por Haywood através da escrita. O romance, diz John Richetti, faz parte deste processo de adaptação das velhas estruturas sociais às condições modernas emergentes. Uma instituição, como a família e o casamento, é dramatizada, em muitos romances, como um problema ou/e uma solução, especialmente para as figuras femininas (RICHETTI 1999: 7).

Mas por que razão procuram as pessoas os romances? E o que as atrai nos mesmos? Segundo Paul Hunter, os factores a ter em conta são o prazer de fugir à rotina, o prazer de uma história e de um enredo bem construído, a satisfação de ver resultados de pequenas situações diárias, a identificação pessoal com uma ou mais personagens, ou, inversamente, o reconhecimento de fantasias em pessoas cujo carácter difere da do leitor. O acto de leitura é, no fundo, um acto pessoal, cujo prazer envolve também o reconhecimento do mundo real onde as decisões importantes são postas de uma forma prática e muitas vezes não dependem nem da comunidade, nem do poder masculino. Por outras palavras, conclui Hunter, os romances demonstram que os desejos pessoais são tão importantes como a tradição e as convenções sociais (HUNTER 1990: 30-38). A literatura torna-se, por isso, num veículo de poder primordial para a educação da sociedade, principalmente a do sector feminino.

Na obra de Haywood tal programa envolve fundamentalmente as personagens femininas, embora a perspectiva seja humanista e englobe as figuras masculinas como parceiras do tecido social e institucional de uma sociedade. Os processos da escrita de Eliza Haywood sublinham as incoerências inerentes à existência humana, bem como o desespero perante a tarefa imensa de se alterar situações anacrónicas carentes de reformulação urgente. A existência de uma educação funciona como pano de fundo e horizonte de pré-compreensão, possibilitando a complementaridade entre a estrutura familiar e a social. A educação dá lugar ao poder e ao saber possível.

Como se verificou, ambos os romances analisados ao longo deste trabalho descrevem os sentimentos das protagonistas na tentativa de estas

preservarem o controlo e o poder sobre o seu corpo e mente, face a um sistema social que as silencia e as submete ao jugo masculino. Como refere Nancy Armstrong, “ The female in this exchange is thus constituted as a form of resistance, or “will”, which poses an alternative moral economy to that of the dominant class.” (ARMSTRONG 1989: 114)

As diferentes categorias de identidade feminina que proliferam nos seus escritos, nomeadamente nas obras aqui mencionadas, têm como objectivo espelhar diferentes espaços, muito embora formem uma só representação feminina. Desta forma, a literatura dedicada à mulher faz com que este novo vocabulário subtilmente comece a ganhar poder espacial. É neste sentido que Nancy Armstrong afirma:

It is my contention that narratives which seemed to be concerned solely with matter of courtship and marriage in fact seized the authority to say what was female, and that they did so in order to contest the reigning notion of kinship relations that attached most power and privilege to certain family lines. This struggle to represent sexuality took the form of a struggle to individuate wherever there was a collective body. (ARMSTRONG 1989: 5)

Para Haywood as mulheres podem, apesar de numerosos constrangimentos, orientar as suas vidas segundo um conjunto de possibilidades que ultrapasse tudo quanto a sociedade pode prever. Nesse sentido, é dentro das possibilidades que a sociedade oferece e das indeterminações que a caracterizam que se pode procurar a possibilidade da resistência.

Como se constatou ao longo desta dissertação, a história da mulher para dominar a sua identidade é a história da subjugação. A sobrevivência ou o êxito do mundo feminino perante a sociedade significam, em primeiro lugar, a

adaptabilidade, pelo que cada aspecto dos processos vitais sociais está sujeito à racionalização e ao planeamento. É neste sentido que Haywood afirma: "(...) great Revolutions are not expected to be at once (...)." (FS: 134)

Ora o mecanismo que Haywood vislumbra para que o sistema aceite esta realidade é a produção e satisfação de necessidades através de um tratamento da subjectividade centrada no amor, na fruição individual e na satisfação das necessidades. Esta espécie de gestão programada do desejo traduz-se na tese de que a liberdade é um elemento crucial da própria dominação: a sexualidade é liberalizada sob formas socialmente construídas. A demanda de identidade baseia-se, assim, numa permanente auto-reflexão assente na satisfação de necessidades espaciais reais e atingíveis.

A exploração do desejo pode mesmo ser entendida como um recurso ao estabelecimento de uma mentalidade que já não será, como dantes, fundada na opressão, mas antes na gestão e programação das atitudes individuais, e consolidada através dos diversos processos de individuação. Tendo um significado de realização pessoal que se identifica com a afirmação do sujeito num horizonte social, Haywood apresenta-se como adepta de soluções que preservem a liberdade individual.

Nestes jogos de amores o que importa salientar é que um final feliz é sempre assegurado a este par de amores desencontrados, revelando-se o casamento como a solução derradeira. Estes casamentos constituem o embrião de uma nova sociedade potencialmente melhor, já que os seus membros se regem pelos princípios do consentimento e da livre escolha de espaços ocupados. O amor acaba por ser um mero pretexto para a transmissão de outros ideais mais caros à autora: a condição feminina na

sociedade e a noção de liberdade de escolha como célula base da sociedade. A situação amorosa é, em grande medida, um contrato, um ajuste pelo qual se harmonizam opostos e se colmatam necessidades de vária ordem, sobretudo sócio-económicas e afectivas.

Há um ciclo que se fecha, na medida em que todos os enredos se deduzem de um cálculo estrutural de situações em que tudo está previsto, incluindo o imprevisível. É essa lúcida sensatez do império do amor que aflora nestas obras. Em Haywood, o mal da sociedade não é uma fatalidade. Reconhecendo a ajuda do coração e da consciência, é sempre possível a sua superação. Há, sim, o reconhecimento de novas identidades e a busca de novos sentidos e espaços.

Na satisfação do desejo e na procura do poder na modulação individual, também o afecto, o imaginário e as ordens implícitas da construção da subjectividade se tornam centrais. As categorias do prazer e da liberdade individual misturam-se de acordo com uma lógica em que a busca da pluralidade de caminhos se multiplica ao infinito. A escolha de percursos individuais torna-se numa espécie de possibilidade. Assim, o projecto de auto-identidade ocorre num contexto de escolha múltipla. A reflexividade constante em que se envolve a construção da identidade pessoal é atingida, como se verificou, tanto pela subjectividade como pelo corpo.

Como o desejo de imaginário e de fruição parece centrar-se na personalização, vislumbra-se uma insistência no prazer individual em detrimento da opinião pública. Assim, pelo que tem vindo a ser referido, é possível concluir-se que a completa significação deste processo de afirmação da fruição individual, com todas as suas tensões contraditórias, só será

compreendida com o auxílio da perspectiva espacial. O espaço possibilita, desta forma, uma afirmação da subjectividade que se traduz numa vontade de realização pessoal.

A introdução de elementos fantásticos como o sonho não distancia contudo a mulher do mundo real; trata-se, antes, de uma tentativa no sentido de a fazer viajar por espaços subjectivos através da imaginação. O sujeito abandona-se ao sonho, torna-se introspectivo, reflecte sobre as experiências vividas e organiza a verdade dentro de si. O sujeito empreende, assim, numa procura virada para o interior, caminhando para um conhecimento que reúna e confirme o que já se encontrava na sua subjectividade.

Com estes elementos de espaço que se interpenetram, o leitor reconhece a procura da mudança. Acreditando no facto de que ter uma identidade pessoal a descobrir e um destino pessoal por cumprir são factores que implicam uma força subversiva de grandes proporções, Haywood assume que é possível distinguir-se entre os impulsos de realização pessoal e as pressões sociais. Terminando com a dominação ilegítima de uns grupos sobre os outros, este percurso passa afinal por uma relação entre a política e o quotidiano, onde se pretende que os assuntos da vida, isto é, do privado, ascendam ao público, permitindo que as identidades excluídas adquiram visibilidade. A emergência deste pensamento relaciona-se com os problemas de identidade e com a ideia de que o espaço público deve manter uma abertura essencial no sentido de se evitar que novas identidades permaneçam reprimidas e ocultas na esfera sombria da domesticidade.

A busca de espaços!

Assim se fecham todos os pontos sobre o mesmo ponto, para que a ordem seja recriada e o sujeito adquira um domínio de si, uma lucidez que lhe permita entrever aquilo que é o real, onde a interioridade se realiza e tudo se torna possível.

O fio labiríntico da literatura de Haywood está, pois, suspenso pela descoberta gradual dos espaços do ser e pela consciencialização progressiva das capacidades do “eu”.

Chegando ao final do meu percurso, resta-me afirmar que o caminho redentor está, pois, num “lugar comum” de entendimento desejável e quiçá possível! A procura de uma voz que estabeleça a ponte entre os dois lados é a grande tarefa que Haywood se propõe atingir: a busca de um espaço comum, onde cada qual tenha a liberdade de expressão. A grandeza das obras de Eliza Haywood reside, por isso, no esforço de evocar o Espaço como elemento primordial da construção de uma identidade feminina num mundo dominado pelos homens.

BIBLIOGRAFIA CITADA

OBRAS DE ELIZA HAYWOOD

HAYWOOD, Eliza. 2000 (1719). *Love in Excess*. Broadview Press, Lda.

HAYWOOD, Eliza, 1999 (1744/1746). *Selections from the Female Spectator*.
Oxford: Oxford University Press.

HAYWOOD, Eliza, 1998 (1751). *The History of Miss The History of Miss Betsy
Thoughtless*. Canada: Broadview Press, Lda.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ANDERMAHR, Sonya. 1997. *A Glossary of feminist Theory*. London: Arnold.

ARMSTRONG, Nancy. 1989 (1987). *Desire and Domestic Fiction*. Oxford:
Oxford University Press.

ASTELL, Mary. 1706. "Reflections Upon Marriage. To which is added a
Preface, in Answer to some Objections". In HILL, Bridget (Ed.). 1986. *The First
English Feminist*. Aldershot, Hants: Grower Publishing.

BLACKSTONE, William. 1896 (1771). *Commentaries on the Laws of England*.
London: Reeves & Turner.

BLOUCH, Christine. 1998. "Introduction". IN HAYWOOD, Eliza, 1998 (1751). *The History of Miss The History of Miss Betsy Thoughtless*. Canada: Broadview Press, Lda, pp 7-20.

BOURDIEU, Pierre. 1977. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

BOURDIEU, Pierre. 1984. *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*. Cambridge: Harvard University Press.

BREWER, John. 1997. *The Pleasures of the Imagination. English Culture in the Eighteenth Century*. London: HarperCollinsPublishers.

CASTELLS, Manuel. 1983. "The City and the Grass Roots." IN SOJA, Edward W. 1999 (1989). *Postmodern Geographies: The Reassertation of Space in Critical Social Theory*. London: Verso.

CHAPONE, Hester Muslo. 1773. *Letters on the Improvement of the Mind, Addressed to a Young Lady*. London: H. Hugels.

CRANG, Mike, THRIFT, Nigel (Ed.). 2002 (2000). *Thinking Space*. New York: Routledge.

CROCE, Benedetto. 1941. *History: As the Story of Liberty*. London: George Allen and Unwin Umlimited.

DAUTON, M.J. 1997. *Progress and Poverty. An Economic and Social History of Britain 1700-1850*. Oxford University Press.

DUBY, Georges, PERROT Michelle. 1991. *História das Mulheres no Ocidente*. Edições Afrontamento, Vol.3.

EARLE, Peter. 1989. *The Making of the English Middle Class: business, society and Family Life in London 1660-1730*. London: Methuen.

FOUCAULT, M. 1967. *Madness and Civilization: A History of Insanity in the Age of Reason*. Andover: Tavistock Publications.

FOUCAULT, M. 1977. *Discipline and Punishment: The Birth of the Prison*. London: Allen Lane.

FRIEDLAND, Roger and BODEN, Deirdren (Ed.). 1994. *Nowhere: Space, Time and Modernity*. Berkeley: University of California Press.

FRIEDMAN, Susan. 1998. *Mappings: Feminism and Cultural Geographies of Encounter*. Princeton: Princeton University Press.

GARDNER, Carol Brooks, "Out of Place: Gender, Public Places, and Situational Disadvantage", in FRIEDLAND, Roger & BODEN, Deirdre (Ed.). 1994. *Nowhere, Space, Time and Modernity*. Berkeley: University of California Press, 335-355.

GIDDENS, Anthony, "Foreword", In FRIEDLAND, Roger and BODEN, Deirdren (Ed.). 1994. *Nowhere: Space, Time and Modernity*. Berkeley: University of California Press.

HALL, Edward T. 1973. *La Dimension Oculta: Enfoque antropológico del uso del espacio*. Trad. Joaquin Hernandez Orozco. Madrid: Instituto de Estudios de Administracion Local.

HENRY, M. 1985. *L'Essence de la manifestation*, Presses Universitaires de France: Paris.

HERRMANN, Claudine. "Women in Space and Time". In MARKS, Elaine, e COURTIVRON, Isabelle de (Ed.). 1981 (1976). *New French Feminism: An Anthology*. New York: Schocken, pp.168-173.

HUMM, Maggie. (ed.) 1992. *Feminism: A Reader*. New York: Harvester Wheatsheaf.

HUNTER, Paul 1990. *Before Novels: The Cultural Contexts of Eighteenth Century English Fiction*. New York, London: W.W. Norton & Company.

JONES, Vivien (ed.) 2000. *Women and Literature in Britain 1700-1800*. Cambridge: Cambridge University Press.

KIRBY, Kathleen M. 1996. *Indifferent Boundaries: Spatial Concepts of Human Subjectivity*. New York, London: The Guilford Press.

MASSEY, Doreen. 1994. *Space, Place, and Gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press

MAKIN, Bathsua. 1673. "An Essay to revive the Ancient Education of Gentlewomen", in MAHL, Mary, KOON, Helene (ed.) 1977. *The Female Spectator. English Women Writers before 1800*. London: Indiana University Press, pp. 126-135.

MORRIS, Pam. 1997 (1993). *Literature and Feminism*. Blackwell.

OAKLEAF, David. 2000. "Introduction". In HAYWOOD, Eliza. 2000 (1719). *Love in Excess*. Broadview Press, Lda.

PERRY, Ruth. 2000. "Women in families: the great disinheritance" IN JONES, Vivien (ed.) 2000. *Women and Literature in Britain 1700-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 111-131.

PORTER, Roy. 1994. *London. A Social History*. London: Penguin Books.

RICHETTI, John. 1969. *Popular Fiction Before Richardson. Narrative Patterns 1700-1739*. Oxford: Oxford University Press.

RICHETTI, John. 1999. *The English Novel in History 1700-1780*. London, New York: Routledge.

RICHETTI, John. 2002 (1996). *The Cambridge Companion to the Eighteenth-Century Novel*. Cambridge: Cambridge University Press.

SAID, Edward. 1995 (1978). *Orientalism*. Harmondsworth: Penguin Books.

SAXTON, Kirsten. 2000. "Introduction". IN SAXTON, Kirsten, BOCCHICCHIO, Rebecca (ed.) 2000. *The Passionate Fictions of Eliza Haywood: Essays on her Life and Work*. Kentucky: University Press of Kentucky.

SAXTON, Kirsten, BOCCHICCHIO, Rebecca (ed.) 2000. *The Passionate Fictions of Eliza Haywood: Essays on her Life and Work*. Kentucky: University Press of Kentucky.

SKINNER, Gillian. 2000. "Women's status as legal and civic subjects: 'A worse condition than slavery itself?'" IN JONES, Vivien (ed.) 2000. *Women and Literature in Britain 1700-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, 91-110.

SOJA, Edward W. 1999 (1989). *Postmodern Geographies: The Reassertation of Space in Critical Social Theory*. London: Verso.

SPENCER, Jane. 2002 (1996). "Women writers and the eighteenth century novel". IN RICHETTI, John. 2002 (1996). *The Cambridge Companion to the Eighteenth-Century Novel*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 212-235

STEELE, Sir Richard. 1953. *The Tatler*. Ed. By Lewis Gibbs. London: J.M. Dent & Sons Ltd.

STERLING, James. "To Mrs. Eliza Haywood on her Writing" 1732, IN HAYWOOD, Eliza. 2000 (1719). *Love in Excess*. Broadview Press, Lda, p.277-279.

SUTHERLAND, Kathryn. "Writings on Education and Conduct: Arguments for female improvement" In JONES, Vivien (ed.) 2000. *Women and Literature in Britain 1700-1800*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 25-45

WITTGENSTEIN, Ludwig, "Culture and Value" in CRANG, Mike, THRIFT, Nigel. 2002 (2000). *Thinking Space*. New York: Routledge.

WOOLF, Virginia. 1998 (1992). *A Room of One's Own. Three Guineas*. Oxford: Oxford University Press

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

HILL, Christopher. 1970. *God's Englishman. Oliver Cromwell and the English Revolution*. New York: Harper & Row.

HILL, Christopher. 1975. *Change and Continuity in Seventeenth Century England*. Cambridge, Massachussets: Harvard University Press.

JACKSON, Stevi *et al* (ed.). 1993. *Women's Studies: a Reader*. New York, London: Harvester Wheatsheaf.

KEMP, Sandra (ed.) 1997. *Feminism*. Oxford: Oxford University Press.

KOON, Helene. 1978. "Eliza Haywood and The Female Spectator". IN *Huntington Library Quarterly* 42

MAHL, Mary, KOON, Helene (ed.) 1977. *The Female Spectator. English Women Writers before 1800*. London: Indiana University Press.

ROSS, Angus (ed) 1982. *Selections from the Tatler and The Spectator of Steele and Addison*. Harmondworth: Penguin English Library.

SEGAL, Lynne. 1999. *Why Feminism? Gender, Psychology, Politics*. Cambridge: Polite Press.

TREVELYAN, G.M. 1987. *A Shortened History of England*. London: Penguin Books.

WILLIAMS, Ion (ed.) 1970. *Novel and Romance 1700-1800. A Documentary Record*. London: Routledge & Kegan Paul.